

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO NORTE**  
**CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS, LETRAS E ARTES**  
**DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA**

**A FORMAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL NO RN E A**  
**OLIGARQUIA ALBUQUERQUE-MARANHÃO**  
**(1889 – 1914)**



**NATAL (RN)/1999**

**CARLOS BENJAMIM RODRIGUES DE LIMA**



**A FORMAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO FEDERAL NO RN E A  
OLIGARQUIA ALBUQUERQUE-MARANHÃO  
(1889 – 1914)**

Monografia apresentada à disciplina Pesquisa Histórica II, ministrada pela Professora Denise Mattos Monteiro, do curso de História da Universidade Federal do Rio Grande do Norte, sob a orientação do professor Homero de Oliveira Costa.

**NATAL (RN)/1999**

## SUMÁRIO

|   |   |    |
|---|---|----|
| 1 | - <b>INTRODUÇÃO</b> .....   | 04 |
| 2 | - <b>A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL</b> .....                                 | 07 |
|   | 2.1 - Origens da república.....   | 07 |
|   | 2.2 - A proclamação da república.....   | 09 |
|   | 2.3 - Algumas características da república velha.....                           | 11 |
|   | 2.3.1 - O Domínio dos Coronéis.....   | 11 |
|   | 2.3.2 - Oligarquias.....  | 13 |
|   | 2.3.3 - Sistema eleitoral.....  | 14 |
| 3 | - <b>FUNDAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NO RN</b> .....                            | 18 |
|   | 3.1 - Antecedentes históricos.....  | 18 |
|   | 3.2 - Mobilização e criação do partido republicano federal no RN.....           | 19 |
|   | 3.3 - A base ideológica do partido.....   | 21 |
| 4 | - <b>OS GOVERNOS REPUBLICANOS NA OLIGARQUIA<br/>ALBUQUERQUE- MARANHÃO</b> ..... | 26 |
|   | 4.1 - Proclamação e início da oligarquia pedrovelhista no RN.....               | 26 |
|   | 4.2 - A institucionalidade do poder no RN.....                                  | 30 |
|   | 4.3 - Consolidação da oligarquia Albuquerque-Maranhão.....                      | 33 |
|   | 4.4 - O salvacionismo e o fim da oligarquia Albuquerque-Maranhão.....           | 42 |
| 5 | - <b>CONSIDERAÇÕES FINAIS</b> .....   | 45 |
| 6 | - <b>FONTES</b> .....   | 47 |
| 7 | - <b>BIBLIOGRAFIA</b> .....   | 48 |

## 1 – INTRODUÇÃO

O advento da república no Brasil foi um marco histórico de grande importância para o país. O Brasil é um dos poucos países no mundo que conseguiu a sua independência política sem proclamar a sua república, fazendo isso após sessenta e sete anos.

A centralização administrativa monárquica era um entrave aos interesses do país, ainda mais, tendo o Brasil um território de dimensões continentais. A distância das províncias da sede central do governo resultava em um bloqueio para o desenvolvimento do país, prejudicando assim, o crescimento econômico.

O trabalho que estamos apresentando, tem como objetivo focar alguns aspectos do partido republicano federal no RN, analisando desde a sua formação até a queda da oligarquia Albuquerque-Maranhão.

O período analisado no nosso trabalho vai de 1889, quando é fundado o partido até 1914, quando termina o segundo governo do Sr. Alberto Maranhão. A justificativa é que a partir do segundo governo de Ferreira Chaves quando o mesmo substituí Alberto Maranhão inicia-se um processo de desmantelamento da máquina oligárquica existente no RN.

Observamos que na historiografia existente não há trabalhos específicos sobre o partido republicano federal do RN. Há trabalhos gerais sobre a época, porém, esses trabalhos, na sua maioria são de historiadores e pessoas envolvidas com o processo oligárquico da época. Assim, enfocamos dentro do nosso trabalho uma abordagem que consideramos mais comprometida com a ciência histórica.

Nosso objetivo é mostrar certos desencontros no seio do partido e as diferenças que fizeram parte das suas administrações até 1914. Esses desencontros vão desde os princípios que o partido pregava antes da proclamação da república às disputas internas, a maioria dentro do estado, mais existindo também grandes problemas com o poder federal.

A historiografia tradicional não leva em conta momentos conflituosos na atuação do partido no RN. O entendimento a respeito deste período mostrado pela a mesma nos leva a crer que durante sua gestão o estado passou por uma sucessão de governos apoiados pela a grande maioria da população. Este trabalho, pretende mostrar que essa sucessão de governos republicanos não foi uma unanimidade como mostra a maioria da nossa historiografia.

A grande votação dos candidatos republicanos foi um fato, só que esses votos não representavam a satisfação da maioria do povo com o partido. Apenas uma pequena parte da população comparecia as urnas para votar, e quando compareciam eram manipuladas para votarem nos candidatos do governo.

Para o estudo do tema e desenvolvimento deste trabalho, fizemos leituras e fichamentos de bibliografias básicas sobre a república e sobre política, buscando um entendimento dentro daquilo que já existia escrito de conotação nacional, como também as referências existentes sobre o assunto na historiografia local. Por outro lado, fizemos um trabalho de pesquisa de fontes, usando para isso alguns jornais da época como: A República; Diário do Natal; O Nortista e o Rio Grande do Norte.

Este trabalho está dividido em três capítulos: no primeiro, procuremos enfatizar alguns aspectos da república dentro da esfera federal. Nesta parte do trabalho abordaremos alguns acontecimentos que precederam a proclamação da república e as suas relevâncias para o ato da proclamação. Enfocaremos procedimentos que existiam no império que contribuíram para as posições contrárias que se sucederam. Estas posições terminaram por culminar com o golpe da proclamação, que contou com a participação de vários segmentos da sociedade mais, principalmente, com as classes detentoras do domínio político dentro da própria monarquia. Depois da proclamação uma sucessão de direcionamentos mal articulados acontecem dentro do país. A república é norteadada pelos desmandos e problemas das mais variados. Entre esses problemas, comentaremos no nosso trabalho alguns de maior relevância, que são: o coronelismo; as oligarquias e o sistema eleitoral. Esta análise do processo no plano federal se faz necessária por não podermos desvincular os fatos ocorridos no estado do RN dos acontecimentos que ocorreram no Brasil. No segundo capítulo trataremos, especificamente, do surgimento do partido republicano no RN. Qual era a origem e as influências que seus fundadores receberam; os princípios que nortearam sua fundação; a estrutura do período; as adesões, etc. Este capítulo mostrará todos os processos que são pertinentes na formação do partido no estado. Mostraremos as dificuldades, os compromissos ideológicos e a vontade obstinada pelo poder, que fazia com que esses “republicanos” não selecionasse nenhum candidato a membro do partido.

A partir das considerações que fazemos neste capítulo, já dar para perceber que o ideal do partido não ficava somente nos ideais democráticos que o mesmo exaltava. Finalmente, no terceiro capítulo, nos ocuparemos em confirmar as tendências continuístas e o descumprimento do programa democrático tanto pregado pelo partido da sua fundação até a proclamação da república. Os republicanos afastam-se completamente das causas democráticas que pregavam, e seus governos são marcados pela arbitrariedade, desonestidade e a manipulação das eleições. Além disso, analisaremos as divergências internas do partido, as intrigas e as dificuldades para controlar as vaidades dentro do partido. Essas disputas não são mencionadas pela imprensa oficial da época, como também, pela historiografia tradicional. Porém, mostraremos que houve discordâncias entre os membros do partido. A oligarquia Albuquerque-Maranhão, não foi uma sucessão de governos harmoniosos, as diferenças sempre fizeram parte do cenário interno do partido. Porém, ressaltamos que uma das grandes diferenças ocorrida dentro da família Maranhão, se dar logo após a morte do líder Pedro Velho. Neste momento trava-se um conflito cheios de sentimentos rancorosos entre os

eventuais sucessores do líder falecido, que são: Alberto Maranhão, seu irmão e o seu genro Tavares de Lira. As diferenças entre os dois foi amenizada pelo “abafo” da família, mais trouxe ressentimentos ao Sr. Tavares de Lira, derrotado na disputa interna.

Dentro desta panorâmica, espera-se com esse estudo, contribuir para preencher dentro de uma abordagem crítica, uma lacuna na historiografia do RN.

## 2 - A REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL

### 2.1 – Origens da República

Isolada e única nas américas, a forma monárquica do regime brasileiro havia-se formado pelas peculiaridades do nosso processo de independência. Para fazer funcionar o regime monárquico, a elite dominante no império fizera viver dois partidos – o liberal e o conservador – controlados de cima para baixo, através de um sistema parlamentar artificial e um processo eleitoral altamente exclusivo, que excluía a imensa maioria da população. Esses partidos não tinham posição ideológica assumida, revezavam-se no poder sem se importar com os verdadeiros problemas da sociedade. Na verdade, esses partidos agiam dentro do sistema com a intenção de impedir tensões reais na sociedade, buscando formas de pacificar qualquer agitação mais contundente, que por ventura, viessem convulsionar o sistema vigente. Em troca deste apoio as lideranças partidárias recebiam do governo as benesses do poder público, ou seja, o trânsito livre para participar, efetivamente, da máquina burocrática do poder.

O controle do país pelo governo e pelos partidos que o apoiavam sofre alguns retrocessos na medida em que a situação, principalmente, econômica se agrava, em virtude da dependência externa e dos entraves burocráticos causados pela centralização monárquica. A perda de legitimidade desses partidos marcaram as duas últimas décadas do império e são referência para a criação de um partido republicano, que nega o regime vigente.

Dentro do partido liberal surge algumas desobediências internas contrárias à política imperial. Destas desagregações, alguns nomes, entre eles – Saldanha Marinho, Quintino Bocaiúva, Silva Jardim e Rui Barbosa – assumem a bandeira da república, lançando no dia 03/12/1870 o manifesto republicano.

“Fundamentalmente o documento de 1870 é, mesmo no campo da política, anti-revolucionário e contemporizador. Nessa fase primeira da propaganda, os adeptos da mudança das instituições ainda se mostram esperançosos de que ela deixe de acarretar perigosa convulsão no país”.<sup>1</sup>

Os precursores da nova bandeira política tinham esperanças que o povo brasileiro pudesse com o passar do tempo assimilar a nova esperança política, até porque a monarquia era um sistema excludente que marginalizava a maior parte da população do Brasil. O manifesto tinha um teor crítico, fugia do tom revolucionário, preferindo atacar privilégios e a situação administrativa que se

---

<sup>1</sup> HOLANDA, Sérgio Buarque de, O Brasil monárquico, p. 256.

encontrava o Brasil. Atacava a ausência de liberdade, a escravidão, as ligações igreja-estado e outras deformidades da monarquia, porém contemplava a democracia para qualquer eventual troca de poder.

Num primeiro momento, a repercussão do manifesto nas províncias foi pequena, mais logo em seguida repercutiu melhor nas principais províncias brasileiras, existindo nas mais avançadas, pessoas bastante engajadas no propósito republicano, principalmente, profissionais liberais que tinham um horizonte de idéias mais elaboradas.

A irradiação republicana surge nas principais províncias do Brasil, entre elas MG, SP, RJ e RS. Este fato é preponderante para uma maior propagação dos ideais, pois o centro das influências políticas e econômicas, são justamente, nestas províncias, que além do mais contam com um contingente populacional bem significativo. Movimentos republicanos ocorridos anteriormente no Brasil, como por exemplo a revolução de 1824 em Pernambuco, tiveram seus ideais sufocados, não conseguindo disseminar os mesmos com maior intensidade por acontecer em um estado afastado dos grandes centros políticos do Brasil. Referindo-se as diferenças das movimentações anteriores para a movimentação republicana a partir de 1870, Sérgio Buarque comenta:

“as movimentações anteriores tiveram cunho regional, as que surgem, vem do centro da corte de onde irão irradiar-se, não apenas os seus princípios, mas ainda as normas de ação comum, para as diferentes províncias”<sup>2</sup>

Apesar de representar um quadro novo dentro da política, as manifestações republicanas não significavam a princípio qualquer ameaça para o governo monárquico. Existiam grandes sonhadores que imaginavam um quadro mais favorável para o país. No entanto, apesar de não representar problemas ao velho sistema, essas manifestações agiram positivamente na consciência política de alguns setores da nossa sociedade.

“Os anos posteriores a 1870 indicavam, como fruto das transformações por que passava a sociedade, a presença de novos elementos com sede de participação, que viriam revigorar a luta entre continuidade e mudança. A favor do conservadorismo estavam os velhos encastelados na monarquia. Na perspectiva da mudança colocavam-se os liberais mais avançados e os republicanos. Estes propugnavam por uma transformação radical – a extinção da monarquia – daí distanciarem-se dos liberais”.<sup>3</sup>

---

<sup>2</sup> Ibid. , p. 261.

<sup>3</sup> CASALECCHI, José Ênio. O partido republicano paulista (1889-1926), p.37.



A consciência de alguns não contribuiu, significativamente, para a ascensão do regime republicano no Brasil até a proclamação em 1889. Existia sim, pequenos grupos mobilizados nas principais províncias que buscavam uma articulação sem grande consistência, almejando estes, a uma mudança do regime a médio prazo, pois enxergavam estes que só a força política da sociedade organizada poderia reverter a situação em que se encontrava o país. Essa questão, aliás, dividia os republicanos, a maioria seguidores de Saldanha Marinho e Quintino Bocaiúva, achavam que a participação eleitoral era decisiva e que o império cairia lentamente à medida que as pressões anti-monárquicas ganhassem mais força eleitoral. Essa posição era chamada “evolucionista”. Diferente era o ponto de vista dos mais radicais orientados por Silva Jardim, que tentavam atribuir ao movimento um caráter necessariamente popular e revolucionário. *“É possível afirmar que as tensões internas do partido, a partir de 1887, se justificavam pelas questões da evolução e da revolução”*.<sup>4</sup>

## 2.2 – A Proclamação da República

No final de seu governo, D. Pedro II quase não mais participava das decisões políticas mais importantes, eram as oligarquias estaduais que as tomava e se faziam representar nas principais instituições do país.

A decisão tomada pelo partido republicano de tomar o poder pela via democrática, não foi aceita pela ala de Silva Jardim, argumentando este que seria impossível chegar as oposições ao poder no Brasil, uma vez que existia neste um sistema eleitoral totalmente controlado pelo imperador e a população votante uma minoria. *“A tomada do poder pela via militar ganhou força e foi amplamente explorada pelos republicanos que não se cansavam de acirrar os ânimos dos militares contra o governo. No RJ, Quintino Bocaiúva temia o conflito entre exército e o governo através do jornal “o paiz”*.<sup>5</sup>

De nada adiantou os acenos de Bocaiúva, as conspirações foram se sucedendo, os militares sentiam-se desprestigiados pelo o governo, sendo esse o principal combustível usado pela oposição para incentivá-los à tomada do poder.

As reformas tentadas pelo ministério de Ouro Preto, de teor liberal, desagradaram ainda mais o corpo representativo do governo dentro da câmara, atingindo em cheio os tradicionais conservadores. Diante dos entraves, a câmara foi dissolvida e a situação agravou-se, sendo esta medida muito bem explorada pelos republicanos junto ao exército.

---

<sup>4</sup> Ibid. , p. 41.

<sup>5</sup> COSTA, Emilia Viotti da, Da monarquia à república, p. 321.

Em 11/11/1889, Rui Barbosa, Benjamim Constant, Aristides Lobo, Bocaiúva, Glicério e Cel. Solon reuniram-se na casa de Deodoro com a intenção de convencê-lo a tomar o poder. Civis e militares conspiraram juntos, e em 15/11/1889 a monarquia foi derrubada, sem traumas e sem incidentes maiores. Emília Viotti diz que o golpe da proclamação não teve uma força ou uma instituição diretamente responsável, preferindo responsabilizar o quadro estrutural que se apresentava no momento da proclamação como o responsável direto para o fato, no entanto, credencia algumas forças que se empenharam com mais intensidade para a renovação do poder. Para Viotti:

“ as estruturas que criaram-se no país a partir da Segunda metade do séc. XIX, se convergiram para a atuação de três forças que se julgavam oprimidas e prejudicadas pelo o sistema monárquico, e assim almejavam uma transformação na força do poder governamental e essas forças as mesmas poderiam representar, assim sendo, é notória a participação no golpe de misericórdia do império dos seguidores: exército, fazendeiros do oeste paulista e classes médias urbanas. Salienta, no entanto, que o ano de 1889 não significou a ruptura do processo histórico Brasileiro. As condições de vida permaneceram; o sistema de produção não avançou; a dependência do capital estrangeiro é constante e o processo eleitoral continua molestando as minorias e dificultando qualquer ascensão oposicionista ao poder. “<sup>6</sup>



Os descontentamentos com o novo regime não tardaram a aparecer, representantes de várias classes disputavam o poder, buscando incessantemente formas que viessem satisfazer os seus interesses pessoais. A desarmonia interna despertou os monarquistas, dando margem para que os mesmos imaginassem uma reviravolta dentro do quadro político, reestruturando, assim, a monarquia. Apesar dos desmandos republicanos, a estrutura monárquica estava falida, sem chances alguma para uma retomada do poder.

Os dois primeiros governos da república foram militares ( Deodoro da Fonsêca e Floriano Peixoto respectivamente). Esses governos foram marcados por problemas de ordem administrativa. Uma série de fatores marcaram a presença desses militares no governo, sendo o fato mais significativo nas suas administrações, a total falta de habilidade para conciliar interesses regionais das classes dominantes.

Após os dois primeiros governos militares, foi eleito o primeiro presidente civil da república: Prudente de Moraes, que vai enfrentar as mesmas dificuldades de seus antecessores:

---

<sup>6</sup> Ibid., p. 326.

descontentamentos internos ocasionados pela falta de sustentação política do novo regime e pela incapacidade dos governantes de achar fórmulas que acolhessem as lideranças estaduais. Em 1898 é eleito o paulista Campos Sales. Diferente do seu antecessor, articula um pacto entre as elites através de uma política chamada “política dos governadores”, que na opinião de Campelo de Souza consistia:

“no sistema constituído, os verdadeiros protagonistas do processo eram os estados, os quais, dotados dos necessários suportes legais, dominavam a política nacional. Em troca da garantia de total autonomia, sem intervenção da união e do direito de controlar as nomeações federais, os estados davam apoio ao presidente da república, sem o qual este não subsistiria no poder. Embora tal compromisso não se concretizasse em relação às pequenas unidades da federação, esse era o princípio implícito nas relações da união com os estados.”<sup>7</sup>

Apontamos esses primeiros momentos da república, para mostrarmos um dos principais problemas enfrentados pelo novo regime: as disputas estaduais, principalmente, nos maiores centros pela a afirmação do poder. A política dos governadores veio amenizar essas disputas, mais os interesses particulares e corporativistas foram uma constante dentro da velha república. No entanto, o objetivo deste capítulo do trabalho não é mostrar os governos republicanos federais na república velha, nem todos os seus problemas, mas apontar algumas de suas particularidades.

### **2.3 – Algumas Características da República Velha.**

#### **2.3.1 – O Domínio dos Coronéis**

O termo coronel é associado em quase todos os municípios da república velha, para aqueles que detinham o poder, poder este sempre associado a fortuna pessoal e a capacidade de relacionamento político com os detentores do poder institucional. Dentro desses municípios a lei maior é a desses senhores, que com a solidariedade dos governos estaduais mantém uma casta de privilégios, controlando uma área previamente estabelecida. Para Carone:

“socialmente o coronel exerce uma série de funções que o faz temido e obedecido, o que ele deve aos seus dotes pessoais e

<sup>7</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de, O processo político-partidário na primeira república. In: DIAS, Manuel Nunes, et al. Brasil em Perspectiva, p. 209.

não ideológicos. Aos agregados, ele dispensa favores: dar-lhes terras, tira-os da cadeia e ajuda-os quando doentes; em compensação exige fidelidade, serviços, permanência infinita em suas terras, participação nos grupos armados. Aos familiares e amigos ele distribui empregos públicos; empresta dinheiro; protege-os das autoridades policiais e judiciária. É juiz, pois obrigatoriamente é ouvido a respeito de questões de terras e até de casos de fuga de moças solteiras. É comerciante e agricultor, porquê produz e serve de intermediário entre o produtor e o mercado. É homem de fé, pois é quem anima as festas religiosas e as oficializa. É hospitaleiro com os de fora e os do lugar, sendo sua casa, mesa e abrigo seguro para todos que o procuram.”<sup>8</sup>

Dentro do regime representativo, a força do coronel para as oligarquias, era medida através do voto. Porém, esta prova não era obstáculo para os mesmos. Eram protetores de todos aqueles que os serviam. Dentro do seu espaço, fazia as vezes do estado, atendendo sistematicamente as necessidades mais urgentes de todos aqueles que o rodeava.

O “retorno” dessa ajuda era “cobrada” pelo o coronel na hora da eleição, pois contava com os votos daqueles a quem prestava favores. Quanto maior fosse a força do coronel para com o governo, maior seria o retorno.

Uma grande referência coronelística, segundo Carone, “*é a criação no seu seio de forças paramilitares, essas forças tinham como objetivo protegê-los e , ao mesmo tempo, lutar contra forças inimigas ( entre os próprios) e até contra governos instituídos.*”<sup>9</sup>

Alguns levantes são registrados em que as forças coronelísticas atuaram dentro dos estados e enfrentaram tropas oficiais. É o caso do Ceará onde jagunços aliados do padre Cícero deram apoio aos Nogueira Aciolli, por ocasião da sua derrota nas urnas para Franco Rabelo.

Dentro dos estados os coronéis tinham suas zonas de influência, nessas zonas o poder passava dentro da hierarquia familiar, sendo as zonas delimitadas a fim de se respeitar as outras lideranças existentes.

Com o apoio deste sistema organizado foi possível a afirmação e consolidação, ao longo de toda república velha, de um sólido sistema oligárquico dominado por, no máximo, duas ou três famílias poderosas em cada estado. Nos estados mais importantes, como Rio de Janeiro, São Paulo, Minas Gerais e Rio Grande do Sul, a identidade de interesses políticos e econômicos entre os coronéis permitia mais facilmente o controle dos partidos republicanos estaduais.

---

<sup>8</sup> CARONE, Edgar, A república velha, p. 253-254.

<sup>9</sup> Ibid., p. 256.

### 2.3.2 – Oligarquias

Os fenômenos oligárquicos, durante a república velha é a expressão de um período da nossa história política regada de desmandos e privilégios de uma pequena minoria.

Oligarquia é definido pelo o Aurélio como: “governo de poucas pessoas, pertencentes ao mesmo partido, classe ou família, onde existe uma preponderância de um corpo dentro da vida política de uma determinada região”.

Existiam dentro dos programas oligárquicos características bastantes peculiares, havendo formas coesas de pô-las em prática. Essas práticas tinham objetivos específicos, que eram manter toda uma estrutura interligada, capaz de não encontrar obstáculos para qualquer que fosse o objetivo a ser alcançado. Para Carone:

“o alicerce que sustentava essas oligarquias eram, justamente, essas práticas, dentre elas destaca: “ raras participações de pessoas estranhas; domínio sobre os poderes executivo, legislativo e judiciário; emprego de familiares e adeptos para melhor controle e segurança e a não aceitação de neutralidade, obrigando todos a se definirem contra ou a favor.”<sup>10</sup>

Como podemos notar, em algumas particularidades oligárquicas existem aspectos bastantes particularistas. Nota-se que existe um total desprendimento pela a instituição do estado. Para os oligarcas só deveriam existir leis para os seus adversários, estando eles, acima de qualquer uma dessas leis. Ressalta-se, que não haveria condições das oligarquias ter o mando de seus estados sem a benevolência do poder federal adquirida com a “política dos governadores”, quando foi instituída na administração de Campos Sales. Fazendo analogias entre o coronel e o oligarca, Carone diz: *o oligarca é um coronel, tem origens comum, diferenciando-se pela a escala política: a ação do oligarca é de âmbito geral, estadual; a do coronel particular, nos centros onde exerce seu controle.*<sup>11</sup>

Uma semelhança muito comum entre coronéis e oligarcas era a forma com que tratavam adversários, não aceitavam insubordinações, se necessário usavam da arbitrariedade e da força, determinando a intensidade dessa força, o poder de resistência do opositor.

Dentro do quadro da república velha, onde a predominância oligarca é um fato, o partido que lhe deu sustentação é o partido republicano. Os partidos republicanos são de origem estadual,

---

<sup>10</sup> Ibid., p. 270.

<sup>11</sup> Ibid., p. 269.

criados em alguns estados antes e em outros depois da proclamação da república. Sobre os governos dos partidos republicanos nos estados, Carone diz:

“governo e partido se confundem, mas na verdade o primeiro está condicionado ao segundo. Como as oligarquias formam e se apossam dos partidos estaduais, o seu predomínio significa controle partidário e controle governamental. Menciona ainda, que como as escolhas dos altos membros do governo é feita entre as pessoas proeminentes do partido oficial – com raríssimas exceções – a lealdade também é exigida em relação ao partido e não à nação.”<sup>12</sup>

### 2.3.3 – Sistema Eleitoral

As mudanças no sistema político em nada contribuíram para uma transformação social no Brasil. A distribuição de riquezas no país permaneceram inalteradas, ficando a grande maioria da população limitada a aceitar as imposições das classes detentoras do poder.

No tocante ao sistema eleitoral, após a república o congresso nacional passou a estabelecer leis sobre os pleitos para a ocupação dos representantes tanto na esfera federal, quanto nos estados.

No campo dos direitos políticos do cidadão comum, a mais importante inovação adotada pela república foi a instituição do sufrágio universal. No entanto, ressaltamos que este princípio liberal tinha suas restrições e excluía uma grande maioria da população do processo eleitoral no Brasil. *Entre as restrições imposta pelo sufrágio universal estão as que proíbe o voto dos mendigos; analfabetos; praças; mulheres e religiosos que estivessem sujeito a voto de obediência.*<sup>13</sup> Essas restrições foram incorporadas pelas constituições estaduais, sendo junto com a facultatividade do voto, grandes obstáculos para o comparecimento de eleitores nas urnas nos dias de votação.

Esta pequena participação popular é agravada pelo desinteresse da população – menos as classes dirigentes – com o processo eleitoral. O advento da república, como já falamos, não significou nada dentro do contexto social, então, era natural que as pessoas não se preocupassem com os seus representantes. A população não tinha a dimensão do que representavam para o processo político, quando participavam dos pleitos, a grande massa de trabalhadores, principalmente os rurais, tinham como finalidade maior atender a um pedido de um chefe local ou de um patrão.

<sup>12</sup> Ibid., p. 273.

<sup>13</sup> TELAROLLI, Rodolpho, Eleições e fraudes eleitorais na república velha, p. 14.

Na fase inicial da república vigora no país, “a multiplicidade de alistamentos, quer dizer, um alistamento a nível federal, e outro de nível estadual. Esses alistamentos duplos deveu-se aos pensamentos estadualistas vigente no país, que dominava com mão-de-ferro os seus estados.”<sup>14</sup>

Temendo alguma fuga de controle nos alistamentos, esses estadualistas adotaram dois alistamentos. No entanto, logo perceberam a inutilidade desta tarefa, em virtude do total controle pelo sistema oligarquico de todas as eleições dentro dos estados.

O alistamento nos estados em um primeiro momento ficou a cargo de comissões designadas pelo poder municipal, em seguida a legislação atribuiu aos membros do judiciário a tarefa, participando também, alguns dos maiores contribuintes municipais.

Sobre o calendário eleitoral da república velha, a constituição vigente diz que as eleições para presidente e vice da república ocorreriam em 01/03, sendo a data estabelecida para a posse 15/11. O mandato presidencial durava quatro anos, em caso de vaga em um dos dois cargos, faziam-se novas eleições, se não houvessem decorridos dois anos da posse.

As eleições para compor a câmara de deputados e as de renovação do senado foram fixadas para o mês de fevereiro. O mandato para deputado tinha a duração de três anos e o de senador nove anos, sendo três os senadores de cada estado, variando a representação de um dos senadores de três em três anos.

Quando houvesse coincidência de eleições no mesmo ano para presidente e vice da república e para a câmara e o senado, prevalecia a data de 01/03 para todas, com o intuito de se evitar a realização de dois pleitos em um curto período de tempo.

Telarolli, menciona um grande entrave no sistema eleitoral vigente na república velha, ele diz:

“ A estrutura do poder vigente na república velha nunca adotou o sistema de suplências, causando um grande número de eleições parciais. Assim, quando ocorria a renúncia de um deputado ou senador, falecimento, incompatibilidade com o cargo público ou outra razão qualquer, eram marcadas eleições para o preenchimento da vaga. Sendo a vaga para a câmara de deputados a eleição se processava apenas nos municípios do distrito correspondente à vaga. Em se tratando de senador, a eleição mobilizava o estado todo.”<sup>15</sup>

Esta resolução do sistema eleitoral foi mais um dos entraves na participação popular no processo de escolha dos seus representantes. A constância de eleições fazia com que as ausências dentro da propriedade rural fosse mais rejeitada pelos fazendeiros. Não existia lei específica que

<sup>14</sup> Ibid., p. 22.

<sup>15</sup> Ibid., p. 63.

decretasse feriado em toda e qualquer eleição nos estados, e além do mais esses grandes fazendeiros sabiam que a presença ou não de seus trabalhadores não influenciavam no resultado final das eleições, pois tinham convicção da vitória governista em todos os pleitos.

Os representantes do poder legislativo na república velha eram escolhidos através de distritos eleitorais.

“ Nos estados, conjuntos de municípios formavam os distritos que elegeriam os representantes a que tinham direito, sem que houvesse, porém, a exigência de residência ou qualquer outro tipo de vinculação do candidato ao distrito pelo qual era indicado pela cúpula partidária.”<sup>16</sup>

A constituição dizia que a representação mínima era de quatro deputados por estado. O estado que tivesse até sete deputados tinha apenas um distrito eleitoral, nos estados com mais de sete deputados, a divisão dos representantes por cinco dava a quantidade dos distritos eleitorais do mesmo. Aos estados, cabiam a sua constituinte adotar ou não o sistema de distritos para a escolha dos seus representantes para as assembleias legislativas.

Os distritos eram um dos meios por onde se pretendia evitar as fraudes, porém nunca houve uma eficácia desse sistema. A inexistência de qualquer vínculo do candidato com o distrito pelo qual se candidatava era uma prerrogativa bastante afável para as cúpulas partidárias. Os jogos e os arranjos políticos eram práticas constantes, Existiam casos em que candidatos eram deslocados de sua região de origem, para que outro ocupasse o seu lugar, não representando, no entanto, perda de voto por não se candidatar por sua região, mas sim, uma eleição tranqüila em outro distrito junto com o candidato que ficou no seu lugar de origem. Esse tipo de conchavo era prática constante, o importante era quer os principais interesses da cúpula partidária fossem atendidos.

Sobre o voto Telarolli afirma que *“a legislação Brasileira na república velha sempre conteve dispositivo adotando o voto secreto. Apenas no período entre 1896-1916 a legislação, permite ao eleitor o voto a descoberto.”*<sup>17</sup> O segredo do voto foi uma ferramenta precária na lisura do processo, a começar pelas urnas de votação que quase não se separavam da mesa que comandava a seção, sendo os espaços entre as duas muito pequeno. A coerção dos cabos eleitorais era em cima da urna e para agravar, os locais de votação em certas ocasiões era as casas dos chefes políticos locais. Na “mentalidade” de muitos eleitores, o mesmo devia o respeito ao dono da casa em que votavam, este fator ajudava esses eleitores a se decidirem.

A inconsistência nas medidas do voto secreto não foi preponderante para a situação política na república velha *“ as razões mais profundas do fato estiveram assentadas na organização sócio-*

<sup>16</sup> Ibid. , p. 28.

<sup>17</sup> Ibid. , p. 66.



*econômica do país, responsável pelos laços de dependência que presidiram as relações entre as camadas dirigentes e a massa dos votantes.”<sup>18</sup>*

Quando do término da votação a urna era aberta, as cédulas contadas e separadas conforme a sua rotulação, os votos lidos em voz alta, sendo este processo acompanhado por fiscais e eleitores diversos.

Este processo ficava a cargo das mesas eleitorais, estas mesas eram escolhidas pelo poder local, que por sua vez era indicada pelo poder estadual. Essas mesas contavam com gente de inteira confiança dos chefes políticos, assim sendo, era praticamente impossível sua isenção com a transparência do pleito, Foram estas um local de vasto falseamento dos resultados das eleições. Apesar de serem acompanhadas por fiscais opositores, estes eram severamente forçados a aceitar as decisões finais. O amparato oligárquico era muito expressivo, além do poder coercivo com as populações menos esclarecidas, ainda contavam com a força dos poderes institucionais. Geralmente, juizes e delegados representavam a condição de mando dos chefes políticos, porque era eles que lhes concediam o cargo que exerciam.

Dentre as práticas mais fraudulentas usadas pelas oligarquias, destacamos aqui três delas: a degola, o voto de defunto e a bico de pena.

A degola consistia em uma ação usada pelo governo para decapitar um opositor mesmo depois de eleito, este recurso era usado na hora da proclamação dos eleitos, servia para destituir candidatos opositores mal vistos pela situação ou até mesmo candidatos eleitos pelo o governo, e que por ventura após a eleição viesse a desagradar a situação com alguma insubordinação. A bico-de-pena era uma fraude que consistia na adulteração dos mapas eleitorais depois de preenchidos. Estes eram adulterados com a conveniência dos representantes da mesa eleitoral, que em geral, eram escolhidos pela oligarquia. As alterações eram grosseiras e só aceitas pela fraqueza da oposição e atrelamento do judiciário ao governo estadual. O voto de defunto, consistia no uso do título de eleitor de alguém já falecido por um eleitor situacionista. A prática era facilitada pela ausência de foto do votante e, principalmente, pelo despreendimento das mesas eleitorais.

---

<sup>18</sup> Ibid. , p. 67.

### 3 - FUNDAÇÃO DO PARTIDO REPUBLICANO NO RN



#### 3.1 – Antecedentes Históricos

A idéia de proclamar, no Brasil, uma república existia há algum tempo. As prerrogativas, que deram origem a implantação do sistema republicano vêm, a princípio, dos movimentos libertários ocorridos em outros países. Um exemplo claro de insurgência ocorrido fora do Brasil que serviu de clássico referencial para movimentações, que acontecem aqui, foi a Revolução Francesa de 1789.

A queda da Bastilha Francesa e os ideais iluministas difundidos por toda a Europa tiveram bastante influência em alguns movimentos brasileiros, entre estes, destacamos a conjuração Mineira, da qual, muitos dos inconfidentes haviam estudado na Europa, e traziam as aspirações liberais que eram ali difundidas. Sonhavam com a independência e com um novo modelo social que representasse a elevação do nível de vida da população como um todo.

A traição de Silvério dos Reis, aliada a um certo “primitivismo” da população em geral, levou o movimento ao fracasso, sendo seu principal líder – Tiradentes – condenado à forca.

Em um momento de extremo domínio Português, jovens sonhadores imaginavam que podiam fazer valer as suas idéias libertárias e democráticas. O sonho foi aniquilado por um governo extremamente repressivo, incapaz de olhar para os problemas internos da pátria Brasil. No entanto, a bravura desses sonhadores aumentou a capacidade de aglutinação de outros pelo Brasil afora. E assim, começou-se um processo em que passou a existir, dentro de uma lógica mais fundamentada, anseios mais profundos de que era chegada a vez de mudar o quadro político existente no Brasil.

A independência política de Portugal, no quadro de insatisfação existente no Brasil era uma questão de tempo, e dessa forma, terminou por acontecer em 07/09/1822. Todavia, a mesma não se deu por completa, pois o Brasil continuou ligado à Coroa Portuguesa por meio de um regime monárquico de poder. Este regime tinha como característica básica a centralização do poder na figura do Imperador, sendo o território do Brasil dividido em províncias, onde não existiam autonomia política e nem econômica, sendo essas províncias subordinadas diretamente ao governo central.

A revolução Pernambucana de 1817 voltou-se contra a ingerência do império no país. A alta carga tributária, abusos administrativos e a arbitrariedade foram, entre outros, fatores que fizeram com que militares, padres e maçons, além de vários intelectuais emancipacionistas unissem-se para pregar a liberdade dentro da província.

No RN, o grande líder de 1817 foi André de Albuquerque, homem de família tradicional, tendo seus parentes participado das principais conquistas no Nordeste Brasileiro. Para

se ter idéia da presença desta família no Nordeste Brasileiro, “o sobrenome Albuquerque tem origem na Sr.<sup>a</sup> Brites Albuquerque, esposa do donatário da capitania de Pernambuco Duarte Coelho Pereira”<sup>19</sup>. A presença dessa família é tão vultosa no Nordeste que a mesma incorporou o sobrenome Maranhão “Jerônimo de Albuquerque realizou importantes conquistas no Estado com este nome, sendo premiado pelo Rei Felipe IV de Portugal com a honraria de acrescentar ao seu nome e a dos seus descendentes o nome do Estado por onde realizou grandes conquistas”<sup>20</sup>.

### 3.2 – Mobilização e Criação do Partido Republicano Federal no RN

André de Albuquerque disseminou, dentro do Estado, o ideal republicano “o martírio do mesmo não significou a morte desses ideais que ele tanto lutou. Setenta e dois anos depois, são justamente os seus descendentes que implantam o regime no RN”<sup>21</sup>.

As manifestações republicanas ocorreram no RN já a partir do segundo império, sendo estas movimentações esporádicas e sem uma maior estrutura. Sob estas Cascudo comenta:

“O primeiro núcleo efetivamente organizado no RN foi o centro republicano seridoense, localizado na cidade de Caicó, na região do Seridó, fundado em 1886 por um jovem acadêmico de direito, Janúncio da Nóbrega, sob o influxo das idéias republicanas agitadas nos círculos estudantis de Recife (PE), onde Nóbrega estudava”<sup>22</sup>.

Este movimento era bastante ofuscado, não conseguindo sensibilizar um grande número de pessoas. Entre seus líderes estavam Janúncio da Nóbrega, João Avelino Pereira de Vasconcelos e Almino Afonso.

Como já citado, a família Albuquerque-Maranhão deixou o seu nome marcado desde o período colonial no Nordeste Brasileiro, e foi desta família que em 1889 surgiu o principal articulador do Partido Republicano Federal do RN: Pedro Velho de Albuquerque Maranhão.

Com as convergências estruturais do final do século XIX delineando-se para uma mudança política no Brasil, as classes interessadas no poder convergiam-se para uma ação conjunta da qual viessem derrubar a monarquia. A insatisfação de setores da elite dominante com o regime monárquico era crescente, juntando-se a essa elite alguns poucos sonhadores republicanos.

Após o acontecimento ocorrido no RN na região do seridó, a idéia republicana começou a tomar força com mais efetividade a partir dos acontecimentos nacionais, onde existia uma

<sup>19</sup> SOUZA, Itamar de. A república velha no Rio Grande do Norte (1889-1930), p. 115.

<sup>20</sup> Ibid., p. 116.

<sup>21</sup> Ibid., p. 117.

<sup>22</sup> CASCUDO, Luis da Câmara, História do Rio Grande do Norte, p. 205.

monarquia atrasada, altamente centralizada, que já não atendia as necessidades mais significativas das principais classes que moviam a economia no Brasil.

Dentro do cenário mundial, a Inglaterra vivia os “louros” da sua industrialização. Os países da Europa, tinham seus planos colonialistas avançados para a África e a Ásia. Vivia-se na Europa uma época de inovação e otimismo, levando-os ao caminho da prosperidade. Por outro lado, se a industrialização trazia progresso, ascensão e emprego, fazia também, com que trabalhadores sentissem a necessidade de se organizarem para poderem lutar e reivindicarem seus direitos.

No Brasil, as transformações externas tiveram seus reflexos. As novas diretrizes são anunciadas, e , dentro desse processo moderno em que se situa o mundo, as forças que o regem atuam também no nosso país. Uma clara demonstração de como as forças externas agem no país foi a abolição dos escravos em 1888, fato que para muitos é aceito como uma das causas para a proclamação da república. Agindo de forma direta ou não na proclamação, a abolição dos escravos atingiu uma grande parcela dos latifundiários brasileiros, que até aquela data era a mais expressiva força de apoio ao governo monárquico. Uma minoria dos fazendeiros vinham aos poucos substituindo a mão-de-obra escrava pelo trabalho assalariado, sentindo menos a abolição.

No plano interno, o Brasil passava por uma reestruturação social, como também econômica. As populações urbanas estavam cada vez mais presentes com o despertar da indústria, a qual surgia de forma incipiente, mas que já emprega alguma mão-de-obra urbana. Com a expansão industrial faz-se necessário a imigração de mão-de-obra especializada. Alguns imigrantes chegavam da Europa e traziam consigo novas mentalidades para as fábricas, sendo estes, os responsáveis pelo o impulso inicial para a organização sindical dentro do Brasil.

Embora o poder centralizado não impedisse que houvesse uma grande influência das forças provinciais, o mesmo já não contava com o apoio irrestrito das instituições do império. Essas forças desejavam uma autonomia federativa, da qual, principalmente, as maiores províncias pudessem gerir os seus próprios recursos, pois no império arrecadavam mais impostos do que aqueles que eram repassados pelo governo monárquico. Dentro da situação, o império já não contava com nenhum apoio institucional de prestígio. O próprio Exército, depois da Guerra do Paraguai, começou a cobrar uma liderança maior dentro do governo, tendo a situação agravada com a posse do ministro Ouro Preto, acusado-o de persegui-los.

Dentro das províncias a situação do Brasil refletia-se com bastante nitidez. Dividiam-se, basicamente, em dois grupos: o primeiro eram aqueles que podiam se sustentar e tinham uma situação definida em termos econômicos; o segundo eram as províncias em que a base da economia era a agricultura – dependente de chuvas – a pecuária e mais alguns poucos produtos primários. Nesse segundo grupo, encontrava-se a maioria das províncias brasileiras, inclusive a do RN.

Politicamente, apesar das diferenças entre as províncias serem mais próximas, o RN não tinha nenhuma expressividade nacional. Porém, os acontecimentos que vinham se passando dentro do país impulsionou alguns norte-rio-grandenses a se movimentarem para a consolidação do regime republicano.

A efetivação do plano republicano no RN começou com uma maior profundidade a partir da abolição dos escravos. Os acontecimentos e as transformações que se apresentavam no Brasil trouxe uma maior convicção para a causa. Estas mudanças tiveram um forte apelo para os ‘indecisos’, procurando estes, motivos mais sólidos para uma efetiva mudança.

Enquanto que em algumas províncias do Sul do país os partidos republicanos já se movimentavam com uma maior frequência desde o manifesto de 1870<sup>23</sup> e, em 1889 já contavam com núcleos bastante organizados nas principais cidades, no RN as movimentações mais efetivas só começaram em 1889, sendo os empreendedores desse movimento a família Albuquerque-Maranhão que detinha na época o controle quase que total das atividades agro-exportadoras do Estado. Esta família, aliada a alguns republicanos históricos, mais as adesões oportunistas que se sucediam em todo período anterior a proclamação fundaram o Partido Republicano Federal do RN.

### 3.3 – A Base Ideológica do Partido

Depois das dificuldades iniciais, o partido começou a disseminar os ideais livres e democráticos, que chamariam de fundamento do partido, que seriam o instrumento de sustentáculo para o regime republicano.

Estes ideais foram a alma do partido, e a causa que o referendou para lutar por um Brasil mais justo, sendo os mesmos propagandeados e defendidos com bastante convicção até o ato da proclamação da república. A solidez das convicções foi alardeada com grande ímpeto dentro da província, criou-se um jornal “A República” com um objetivo específico: mostrar as benesses que a população ia receber após a implantação do regime democrático, inspirados em movimentos liberais e democráticos ocorridos na Europa. Contudo, com a instauração da república, o que percebemos é, justamente, o oposto das pregações defendidas pelos republicanos.

Mencionadas algumas peculiaridades, voltemos à fundação do partido na província do RN. Tendo a base do partido escolhido o Sr. Pedro Velho de Albuquerque Maranhão, médico e líder da família Albuquerque-Maranhão, para a tarefa de mobilização e responsabilidade do partido, é ele que a partir de então congrega algumas forças dissidentes do império e impulsiona, em contexto bastante propício, a formação do partido oficialmente. *“Ele convocou todos os seus*

---

<sup>23</sup> Para entender melhor o que foi o manifesto ver HOLANDA, Sérgio Buarque. O Brasil monárquico, p. 256-270.

*correligionários para fundar o partido republicano no RN. A reunião para a fundação ocorreu a 27/01/1889 na residência de João Avelino, no bairro da Ribeira*<sup>24</sup>.

Na ata de fundação do partido<sup>25</sup> houve uma forte predominância da família Albuquerque-Maranhão, percebendo-se já a partir de então uma centralização do poder, com o domínio do partido em poucas mãos. Neste sentido, a liderança de Pedro Velho no partido foi um fato, sendo o mesmo, o responsável pela pequena mobilização ocorrida dentro da província.

Como já mencionemos, o partido criou um jornal para disseminar os ideais republicanos, sendo o periódico chamado sugestivamente “A República”. O mesmo teve o seu primeiro número publicado em 01/07/1889, publicando, até a proclamação, vinte números. Esse jornal é caracterizado por José Augusto como:

“Jornal que em cujas colunas estão registrados todos os fatos da história potiguar e nas quais sucessivas gerações tem encontrado o manancial em que se abeberaram de liberalismo e de civilismo quantos tem procurado como idealistas servir à coletividade deste rincão Brasileiro”<sup>26</sup>.

A afirmação do ex-governador José Augusto foi a opinião da elite dirigente do estado do RN na república velha, sendo ele um dos beneficiados com as posições do jornal durante o seu governo (1924-1928) no Estado do RN.

O jornal criado para difundir os ideais republicanos na província, é com a proclamação institucionalizado como representante do governo na imprensa local.

No seu primeiro número o jornal traz alguns pontos do que seria o programa do Partido Republicano Federal do RN. O mesmo diz:

“A República, órgão do partido nacional ou antimonárquico nesta província, tem por missão essencial difundir e propagar as idéias que o seu título sintetiza. Entretanto, a batalha que, com as armas da razão, vamos empenhar contra a realza corrompida e corruptora não nos fará esquecer quais as necessidades e os males desta terra infeliz, para dizê-los sincera e lealmente aos nossos comprovincianos: isto é, scrá um novo e grande estímulo para levantar o cspirito público que ignora e que se não tem procurado esclarecer, emancipando-o de preconceitos vãos e perniciosas influências.

<sup>24</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 118.

<sup>25</sup> Para observar na íntegra esta ata, ler MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. O RN no senado da república, p. 49-50.

<sup>26</sup> Ibid., p. 50.

Cada um deve conhecer os seus deveres, mas não é menos necessário que conheça também os seus direitos”<sup>27</sup>.

Não há como negar, dentro das palavras que o jornal profere sobre o sistema vigente e naquilo que o partido enxerga como cidadão detentor de direitos e deveres, que o partido republicano ao assumir o governo se empenharia em implantar no Estado um governo participativo, no qual prevaleceria a participação da maioria. O desapontamento com que o jornal via a administração monárquica, faz com que por alguns momentos, tivéssemos a impressão que com a vitória republicana no Brasil e por, conseguinte, na província do RN, os acasos e as arbitrariedades iriam desaparecer do cenário norte-rio-grandense.

Com o intuito de seduzir as camadas da população da província, associando a causa republicana no Brasil a movimentos democráticos ocorridos pelo o mundo afora, o jornal “A República” traz uma saudação a revolução Francesa no dia do seu centenário, que assim, resumimos:

“França redentora! Pátria imortal de heróis! As nações todas do mundo julgaram em teu seio augusto, ó mãe fecunda, o leite purificador da liberdade!

14 de julho - ! essa data resume o esforço acumulado de séculos de dor, o anseio angustiado de um sofrimento intolerável, fazendo explosão na cena da história.

O que se derrotou a 14/07/1789 foi o passado tenebroso e despótico, o que o povo de Paris arrancou da bastilha foi a alma das nações agrilhoadas pelo absolutismo dos reis”<sup>28</sup>.

A situação política no novo continente é, também, bastante explorada pelo o jornal. Sobre o assunto afirma o mesmo:

“O Brasil, nação Americana, não pode conservar-se isolada, por instituições antagônicas, dos outros povos do novo mundo. A América é uma conquista da democracia, e esta conquista vai em breve completar-se pela queda do único trono, que ainda faz odiosa exceção ao estabelecimento do governo popular em nosso continente”<sup>29</sup>.

É nítido dentro das mensagens e no referencial histórico o qual o partido mostra, que o mesmo procura associar o seu programa a idéias modernas e democráticas ocorridas pelo o mundo .

---

<sup>27</sup> A República, 01/07/1889.

<sup>28</sup> A República, 14/07/1889.

<sup>29</sup> A República, 08/07/1889.

As referências aqui mencionadas, citadas pelo o jornal, ocorrem dentro de um contexto histórico particular à sua época e ao seu lugar. Não podemos negar o grande referencial que foi as lutas democráticas em alguns países do novo mundo, e em especial, a revolução Francesa na Europa para despertar minorias por todo o mundo. No entanto, o que devemos ressaltar é o contexto e o ambiente desses movimentos, sendo assim, é irreal achar que outros movimentos posteriores que pregavam a “democracia” tiveram a mesma essência.

Voltando aos caminhos traçados pelos republicanos através do seu jornal, mostramos a resposta do mesmo a um editorial do jornal republicano “O Norte”/PE sobre a disposição de aglutinar o maior número de pessoas, mesmo sem compromisso com a ideologia da república, para a ascensão do partido.

“Estamos em fase de reconstituição social, em que é necessário assimilar e aproveitar todos os elementos sãos, capazes de dar vida a um novo organismo político. O dos partidos, sobre que assenta o governo atual do império estão, como instituição de tal modo desmoronados e gastos, que em vão procurarão levantar a confiança pública opor meio de programas de reformas, Mais ou menos largas e vistosas. Mais considerados os seus membros individualmente, força é reconhecer em grande número deles, elementos valiosíssimos de força para a reorganização social”<sup>30</sup>.

A preocupação republicana com as adesões foi muito subjetiva, preferindo exaltar como valor para as mesmas a fórmula redentora do partido, não se importando com a origem e com os porquês dessas adesões. Uma das propagandas do jornal “A República” é, justamente, a de alardear o número de pessoas que com o passar dos dias “aderiam” a causa republicana.

Assim sendo, podemos perceber a falta de critérios do partido para com os seus futuros membros e a dimensão grandiosa dada pelo o mesmo às adesões, sendo estas, de pessoas descomprometidas por completo dos ideais democráticos pregado pelo o jornal.

Um outro argumento bastante usado na “A República” para convencer a população para a “causa” republicana era denunciar os desmandos administrativos da monarquia. Em Natal e no interior, através de correspondentes, o jornal exercia uma severa vigilância na administração monárquica, mostrando constantemente os supostos desvios de verbas públicas.

Desta forma, fica claro o comportamento do partido republicano no RN do seu início até a proclamação da república. Percebe-se que o partido, apesar de trazer em seu programa fundamentos básicos e primordiais para a administração pública, o seu quadro, na sua maioria, é

---

<sup>30</sup> A República, 08/07/1889.



composto de elementos de setores tradicionais da estrutura política vigente na província, sendo os elementos de verdadeira ideologia democrática uma minoria. Desse modo, ficaria difícil imaginar que o processo administrativo na província fosse remodelado e caminhasse dentro de uma nova ordem. Quando vemos o jornal do partido propagandear os ideais franceses como inspiração do partido para consolidar o Estado democrático, imagináramos um modo diferente desses cidadãos enxergarem o mundo, mas nos frustamos quando esse mesmo jornal afirma que não se deve selecionar adesões: o que importava era a consolidação de suas aspirações.

No próximo capítulo, mostraremos as prerrogativas do partido com a sua atuação no poder durante a oligarquia Albuquerque-Maranhão, daí veremos quais os modelos implantados na gestão do partido neste período e como se configurou a atuação do mesmo na administração pública.

## 4 – OS GOVERNOS REPUBLICANOS NA OLIGARQUIA ALBUQUERQUE-MARANHÃO

### 4.1 – Proclamação e Início da Oligarquia Pedrovelhista no RN

Apesar de já haver um clima favorável para a derrubada da monarquia, a notícia da proclamação da república no RN ainda foi uma surpresa. O espaço que o estado ocupava nacionalmente não lhe dava direito de participar com mais intensidade das decisões políticas dentro do Brasil. Por isso, a notícia significou um grande acontecimento dentro da província, mesmo o estado já contando com um partido republicano fundado e tendo um jornal difundindo suas idéias: o “A República”.

Na verdade, dentro da província houve uma heterogeneidade ideológica na formação do partido republicano. Se por um lado, existia um grupo limitado de republicanos convictos, por outro existia, na grande maioria do quadro que compunha o partido, representantes da própria estrutura política-latifundiária que dominava o cenário.

A confirmação da proclamação no RN se deu através do ministro da justiça Aristides Lobo no dia 16/11/1889. Este telegrafou a Pedro Velho e mandou que o mesmo assumisse o governo do novo estado. A certeza da mudança política propiciou ao partido muitas adesões, sendo estas, de caráter oportunista. Os únicos que não se aproximaram neste primeiro momento, foram àqueles que tinham diferenças pessoais com os novos representantes da cena política.

Pedro Velho assumiu o governo no dia 17/11/1889, em seguida foi deposto pelo governo central, passando o governo por uma série de governadores provisórios até a eleição constitucional de Pedro Velho pela assembléia legislativa. Assumiu este, o governo, em 28/02/1892.

Nos poucos dias em que Pedro Velho de Albuquerque Maranhão assumiu o governo do estado, logo após a proclamação, demonstrou forte centralização desde as primeiras consultas até a formação do seu ministério. Pedro Velho renegou à opinião dos republicanos históricos, preferindo apoiar-se nos antigos chefes políticos do império. O primeiro ministério de Pedro Velho se compunha, basicamente, de uma mescla de antigos dirigentes conservadores e liberais e de seus parentes próximos.

Estes primeiros atos governamentais, vieram aniquilar qualquer esperança inovadora dos republicanos históricos que existiam no RN. A verdade é que já no primeiro governo provisório *“vários republicanos históricos, postos à margem do processo político estadual, consideravam Pedro Velho usurpador, liderados por Hermógenes Tinoco, eles fundaram o “clube republicano 15 de novembro para fazer oposição ao Pedrovelhismo nascente.”*<sup>31</sup>

---

<sup>31</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 119.

Na realidade, esta tendência de Pedro Velho tinha bastante possibilidade de se efetivar pelo que mostramos na organização e nos métodos do partido em se arremeter dentro da província. Para Campelo de Souza:

“os grupos condutores do processo político republicano eram, de modo geral, os mesmos grupos políticos civis do império, com nova nomenclatura, detentores também de privilégios, especialmente os de propriedade, acompanhados do grupo militar ativo recém-chegado à arena política.”<sup>32</sup>

Depois do ato da proclamação, o governo central a fim de consolidar o novo regime, faz valer a sua aliança com os militares e ordena aos líderes estaduais que assumissem o poder para que nesse primeiro momento os antigos monarquistas não tentasse nenhuma insurgência. Aos poucos com a consolidação do regime, o governo central começa a atentar para os fatos internos que começavam a surgir nos novos estados.

“A queda dos quadros políticos estaduais, terminada a monarquia, trouxe ao governo provisório da república problemas bastantes sérios, relativos à reorganização dos poderes estaduais, cujo controle era desejado por várias facções. A forma federativa de governo estabelecida com a república, ao transferir o foco do poder para os estados, tornou a organização destes um problema fundamental no novo regime.”<sup>33</sup>

Dentro desta realidade, o governo Deodoro buscando segurar os ímpetus estaduais, resolve alguns dias depois da proclamação nomear governadores provisórios para os estados até que fosse votada a nova constituição.

No RN, após poucos dias de governo, Pedro Velho passa o cargo para o primeiro governador nomeado: assume no dia 30/11/1889 o Dr. Adolfo Afonso da Silva Gordo. *“Apesar de meio desorientado e amargando uma certa frustração, Pedro Velho recebeu festivamente o Dr. Adolfo Gordo.”*<sup>34</sup>

Pedro Velho foi muito hábil. Era inegável a sua aptidão política e o seu posicionamento frente aos acontecimentos nacionais. Percebendo a situação, procurou aceitar as decisões federais no estado, procurando se resguardar e, ao mesmo tempo, organizar e solidificar a sua liderança. Assim, procurou fazer o jogo do poder federal, conciliando com os seus interesses locais.

<sup>32</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Op. cit., p. 188-189.

<sup>33</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Op. cit., p. 193.

<sup>34</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 119.

Aproximou-se rapidamente dos governadores nomeados e procurou fazer alianças com o maior número de forças que existia dentro do estado. Essa foi a estratégia pedrovelhista no início da república tanto para dominar os governadores nomeados, como também já arquitetando suas bases para um futuro governo institucional.

A convivência de Pedro Velho com os governadores nomeados é uma mostra de sua liderança no estado. Com Adolfo Gordo, apesar de transtornado pela sua deposição, fez o jogo que lhe era mais conveniente, recebeu-o bem, e como liderança do partido republicano, o governador lhe concedeu privilégios( talvez não como desejava, pelas ponderações impostas pelo governo federal).

No dia 10/03/1890 tomou posse no RN o segundo governador nomeado, Sr Joaquim Xavier da Silveira Junior. Já com mais penetração nacional e contando com a liderança do norte-rio-grandense Amaro Cavalcante, Pedro Velho conseguiu ser nomeado vice-governador. A passagem do governador foi marcada pelas concessões feitas a Pedro Velho e família, vários decretos foram publicados com a nítida intenção de satisfazer os Albuquerque-Maranhão.

“Na eleição de 15/09/1890 para eleger candidatos à constituinte, Xavier da Silveira controlou o quanto pode os ataques dos adversários de Pedro Velho. Por isso, alguns opositoristas planejaram, sem êxito, a sua deposição.”<sup>35</sup>

Esta eleição mostra a força de Pedro Velho no RN. Ele consegue atrair para o mesmo sistema todas as forças políticas do estado, isto é, os antigos liberais e conservadores. Os adversários de Pedro Velho nesta eleição foram os idealistas republicanos que tinham participado com ele da formação do partido republicano federal, e neste momento, já preteridos, concorreram em várias chapas sendo derrotados.

Alegando problemas particulares, Xavier da Silveira renunciou. O novo governador nomeado foi o Sr. Manoel Nascimento Castro e Silva, tomando posse em 07/12/90. Foi indicado por Pedro Velho, sendo um mero fantoche dos Albuquerque-Maranhão. Foi exonerado do cargo em 03/03/91 por ocasião da divergência entre Pedro Velho e o Marechal Deodoro.

As medidas centralizadoras de Deodoro despertaram a insatisfação de setores que almejavam a plena autonomia, isto fez gerar uma oposição a eleição constitucional de Deodoro. No entanto, esta oposição era um tanto quanto fragmentada, sem objetivos concretos. A oposição lançou o nome do civil Prudente de Moraes para concorrer com Deodoro. Os políticos norte-rio-grandenses se dividiram, votando Pedro Velho e José Bernardo em Prudente, e o resto em Deodoro.

---

<sup>35</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 220.

Este fato modificou as nomeações dos governadores provisórios no RN. Sobre estas eleições afirma Campelo de Souza:

“Deodoro da Fonseca venceu a eleição por pequena margem de votos. Mesmo assim, o congresso acentuou sua prevenção contra o governo provisório dando ao marechal Floriano, candidato a vice-presidência pela oposição, maior número de votos que os dados a Deodoro, derrotando o almirante Wandenkolk, nome lembrado pelo governo para prestigiar a marinha.”<sup>36</sup>

No estado, o voto de Pedro Velho e de José Bernardo em Prudente, ocasionou de imediato a não mais interferência de Pedro Velho nas nomeações existentes para o governo do estado. Neste momento, dois deputados do estado que haviam votado em Deodoro rompem com Pedro Velho e assumem o comando político do estado, são eles: Antonio Garcia e Miguel Castro.

Amintas Barros tomou posse no governo em 03/03/91. Seu governo foi marcado pela eleição da assembléia estadual constituinte de 10/05/91 onde sua chapa derrotou a de Pedro Velho. Deixou o governo em 13/06/91, sendo substituído por José Inácio Fernandes Barros, político honesto, que não suportou a farsa que era governar o estado, renunciando pouco tempo depois em 06/08/91.

Assumiu o governo logo em seguida o Cel Francisco Gurgel de Oliveira, também passou pouco tempo no cargo, iniciou o mandato em 06/08/91 e terminou em 09/09/91. Tomou posse em seu lugar o Sr. Miguel Joaquim de Almeida Castro, administrou o estado por pouco tempo também, indo seu governo de 09/09/91 à 28/11/91.

Esses últimos quatro governos provisórios, tinham como característica principal a forte oposição à Pedro Velho, no entanto, não expressavam convicções com argumentos sustentáveis, como percebemos foram rodízios arranjados sem base ideológica nenhuma. Os acontecimentos nacionais ajudaram para essa instabilidade, Deodoro sem sustentação política acabou dissolvendo o congresso, porém, o fato desagradou a maioria das forças existentes, os militares não o apoiaram, e o mesmo, muito pressionado, acabou renunciando.

Comentando a renúncia de Deodoro, Campelo de Souza diz:

“a ascensão de Floriano à presidência da república, exigiu transformações na ordem política da nação. A exemplo do que acontecera antes, foram depostos os governadores que haviam apoiado o golpe de Deodoro. Os novos substitutos por sua vez, dissolveram as assembléias legislativas e os tribunais

<sup>36</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Op. cit., p. 195.

judiciários e apearam todas as autoridades para substituí-las por representantes de outras facções locais”.<sup>37</sup>

No estado do RN, assumiu o governo uma junta governativa que tinha o apoio irrestrito do líder republicano Pedro Velho. Esta dissolveu o congresso e convocou novas eleições.

Dois fatos preponderantes marcaram essas eleições: o primeiro é a união de forças políticas coronelísticas que Pedro Velho consegue formar. As grandes forças controladoras dos votos no estado conseguem se reunir dentro de uma mesma orientação; o segundo é a manipulação que a estrutura consegue impor sobre os eleitores, aniquilando qualquer pretensão oposicionista, que não concorreram nesta eleição.

Os reflexos desses primeiros anos de república no RN é uma consequência dos fatos ocorridos no Brasil. As idas e vindas do governo central, aliadas as disputas regionais dão a aparência dos primeiros anos do novo sistema político do Brasil. No RN podemos tirar como conclusão efetiva desses primeiros anos o descumprimento da família Albuquerque-Maranhão com qualquer princípio republicano, que o partido liderado por Pedro Velho Albuquerque Maranhão tanto pregava antes da proclamação. Contrariando esses princípios, Pedro Velho assume uma postura completamente oligárquica depois da proclamação da república. Este fato levou os tradicionais republicanos a rechaçarem o seu posicionamento. A falta de apoio dos tradicionais não sensibilizou Pedro Velho, fazendo este o caminho oposto dos seus discursos anteriores. alia-se aos grupos dominantes da monarquia e implanta no estado um “domínio” restrito a uma só família: Albuquerque-Maranhão.

#### 4.2 – A Institucionalidade do Poder no RN

Depois de uma série de governos provisórios, o RN tem o seu primeiro governador institucionalmente eleito. *“A fim de retornar o estado a normalidade constitucional, o congresso legislativo elegeu Pedro Velho para governador no dia 22/02/92. Para a primeira vice-governança, foi eleito Silvino Bezerra”*.<sup>38</sup>

O governador Pedro Velho de Albuquerque Maranhão tomou posse em 28/02/92 indo seu governo até 31/10/95.

Pedro Velho caracterizou seu governo pelas nomeações de sua família na máquina estatal. *“Notabilizou-se mais como político do que como administrador de obras materiais. Ao longo deste seu governo, ele não construiu nem um quilômetro de estrada e nem um prédio escolar”*.<sup>39</sup>

<sup>37</sup> SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. Op. cit., p. 198.

<sup>38</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 226.

<sup>39</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 226.

No âmbito federal a república ainda enfrentava sérios desajustes. O presidente Floriano ainda buscava a melhor fórmula para administrar a nação, mas as dificuldades eram cada vez mais presentes, o jogo de interesses regionais corrompia os princípios republicanos.

Dentro do estado do RN, apesar de Pedro Velho ter aglutinado todas as forças consideráveis para a sua eleição de governador, as vaidades começaram a surgir logo após sua posse no governo do estado. Na eleição de seu substituto na câmara federal, aconteceu uma grande ruptura no seio de seu partido. O líder político da região do Seridó, o senador José Bernardo, coronel de grande prestígio político desde a monarquia, não aceitou a candidatura do irmão de Pedro Velho, o Sr. Augusto Severo. Não aceitando as argumentações dos “bernardistas” do Seridó, Pedro Velho candidatou o irmão e o mesmo derrotou o opositorista e tradicional republicano Janúncio da Nóbrega. Esta primeira eleição foi anulada pelo congresso nacional sem justificativas, porém, foram marcadas novas eleições, Augusto Severo foi novamente candidato e tornou-se a eleger-se, desta vez derrotando o Sr. Tobias do Rêgo Monteiro. Esta eleição foi homologada pelo congresso nacional.

A partir deste momento, o senador José Bernardo rompe com Pedro Velho. Este fato é de grande relevância para a política norte-rio-grandense, sendo abrandado em termos eleitorais, por haver uma forte manipulação do aparelho do estado no processo eleitoral. Sobre este processo, comenta o jornal Rio Grande do Norte:

“quando se começou a proceder o alistamento eleitoral, denunciámos logo a intervenção direta do governo nas comissões distritais, mandando os prepostos incluir e excluir arbitrariamente conforme a conveniência do pedrovelhismo”.  
 “São inúmeros os escândalos e verdadeiras imoralidades praticadas pelos agentes do Sr. Pedro Velho no alistamento eleitoral a que se procede ultimamente e que aliás foi viciado profundamente desde a organização das comissões, sendo preteridas as principais disposições da lei que não foi observada de modo algum”.<sup>40</sup>

As disputas dos dois pleitos citados é a confirmação do uso da máquina estadual e da força coronelística nas eleições do RN. Apesar de ter ganho o pleito nas duas vezes em que concorreu o Sr. Augusto Severo foi derrotado na região do Seridó, onde o coronel José Bernardo tinha a influência de “mando” da região. Por outro lado, em todas as outras regiões do estado a vitória do governo foi bastante tranqüila.

---

<sup>40</sup> Rio Grande do Norte, 19/01/1893.

As divergências traz conseqüências para o governo do Sr. Pedro Velho. No plano federal as contradições com Floriano Peixoto também se iniciam ocasionadas por desrespeito mútuo. *“foram inúmeros os pedidos negados de nomeações no governo estadual de pessoas não ligadas ao governador Pedro Velho, sendo revidadas com exonerações a nível federal de pessoas ligadas ao governador”*.<sup>41</sup>

As desavenças entre o chefe do estado e o presidente da nação se acirraram, esses fatos eram comentados com freqüência pelos jornais oposicionistas do estado.

“A desmoralização do Sr. Pedro Velho diante do marechal Floriano é um fato, o mesmo já não considera Dr. Pedro Velho apto para gerir o estado do RN, e procura entregar o destino desta pátria Potiguar a outros que tenham merecimentos comprovados, e girem em esfera mais elevada e mais digna do que este governador que nos desgoverna”.

“Está o Dr. Pedro Velho fora das graças do presidente da república, o seu governo está fulminado, e sendo assim está por terra, porque falta-lhes o único esteio que o sustentava”.<sup>42</sup>



O rompimento total e a perseguição de Floriano à Pedro Velho se dá por completo depois das eleições para presidente da república de 31/03/1894, na ocasião Pedro Velho vota em Prudente de Moraes, contrariando Floriano. Este ato, acirra os ânimos de Floriano, que a partir de então persegue com mais intensidade o governador do RN. Sobre os fatos o jornal Nortista comenta:

“as transferências de amigos do governador são os mais evidentes sinais do desprestígio do governador.

Os liras, severos e cia, não valem nada perante o marechal Floriano.

O seu desprestígio era já conhecido em todo o estado, e os últimos atos do marechal, vieram ainda mais esclarecer a situação”.<sup>43</sup>

As reações de Floriano contra Pedro Velho foram significativas, sendo estas, motivos para uma ofensiva oposicionista no estado, achavam-se credenciados a assumir o estado numa eventual deposição do governador Pedro Velho.

<sup>41</sup> SPINELLI, José Antonio. Da oligarquia Maranhão à política do seridó: O Rio Grande do Norte na velha república, p. 17.

<sup>42</sup> O Nortista, 11/08/1893.

<sup>43</sup> O Nortista, 14/09/1894.



Os choques entre o governo federal e o governo estadual foram tão contundentes que chegou-se *“a formar uma junta, composta do comandante do 34º batalhão federal, Virgínio Ramos, Janúncio da Nóbrega e Afonso Barata, para substituir o governador”*.<sup>44</sup>

Na capital do país a eleição de Prudente de Moraes era questionada, as pretensões continuístas dos militares não davam a certeza da posse de Prudente, sendo este precedente, um aliado das oposições no estado que vendo o candidato em que Pedro Velho votou ser renegado da presidência, seria mais fácil afastar Pedro Velho do governo.

As evidências não se comprovaram, Prudente de Moraes tomou posse e logo após concedeu a Pedro Velho todos os cargos federais que Floriano tinha lhe subtraído. Deste momento em diante, as oposições se enfraqueceram e Pedro Velho pode consolidar a sua oligarquia.

O governo de Pedro Velho não acrescentou muita coisa para o estado. Tinha contornos direcionados para a sua ascensão pessoal. Sobre a sua administração, o uso de seu poder pessoal e sobre o tratamento com o povo norte-rio-grandense os jornais de oposição comenta:

“É triste dizê-lo, mas é simplesmente uma verdade que penetra na consciência pública, que o Sr. Pedro Velho com a sua administração está desacreditando o regime republicano, pelo modo desastrado e oneroso pelo qual esse senhor está conduzindo os públicos negócios”.<sup>45</sup>

“Essa sede devoradora do governador do estado é uma espécie de delírio, uma paixão, parece fazer parte das condições de sua existência”.<sup>46</sup>

Apesar de toda vigilância e das denúncias anunciadas pela oposição, o governo contava com a máquina repressora e o poder institucional. O povo foi sempre deixado em segundo plano e as necessidades atendidas eram sempre aquelas que atendiam a sua cúpula, pessoas que lhe pudesse garantir a sua perpetuidade no poder.

A partir da eleição de Prudente de Moraes e depois de Campos Sales na presidência da república, o poder no estado se define nas mãos da família Albuquerque-Maranhão, se perpetuando até o final do segundo governo do Sr. Alberto Maranhão.

### 4.3 – Consolidação da Oligarquia Albuquerque-Maranhão

O prosseguimento da era Maranhão se dá através da primeira eleição direta para governador do RN.

<sup>44</sup> SPINELLI, José Antonio. Op. cit., p. 18.

<sup>45</sup> Rio Grande do Norte, 06/01/1893.

<sup>46</sup> O Nortista, 30/06/1893.

“A 14/06/95 Pedro Velho elegeu seu sucessor o desembargador Joaquim Ferreira Chaves, que fizera parte da junta governativa que substituiu Miguel Castro. A oposição, esfacelada, apresentou como candidato José Moreira Brandão Castelo Branco, que obteve 832 votos, contra 10.517 do adversário”.<sup>47</sup>

O candidato eleito era ‘homem de confiança’ da oligarquia. Apesar de ser Pernambucano, já residia no estado há algum tempo e fazia parte dos assessores diretos do ex-governador Pedro Velho.

Ferreira Chaves tinha a incumbência de consolidar de uma vez por toda a liderança oligárquica vigente, e seu governo mereceu toda a confiança e aprovação por parte do Sr. Pedro Velho. O mesmo não deixou qualquer tipo de espaço para qualquer insurgência contra a máquina detentora do poder.

“O RN é uma feitoria do Sr. Pedro Velho e sua família. O resto do estado ou submete-se, deixando-se cavalgar pela desordem, ou então fica fora de todas as graças – sem garantias de natureza nenhuma – sujeito ao sabre e ao catete da polícia do governador Ferreira Chaves”.<sup>48</sup>

O governador era considerado um homem de personalidade muito forte, bastante autoritário e disciplinador. No entanto, levou à risca esse atributos não para desenvolver um estado pobre e cheios de mazelas, mais sim, para se afirmar e manter às custas da arbitrariedade, o domínio da facção política do qual era um fiel defensor.

A constituição do estado previa que uma das condições para ser governador era que o pretendente tivesse no dia da posse 35 (trinta e cinco) anos. Pensando no prosseguimento do poder, o líder da oligarquia Pedro Velho mandou que o governador à reformasse. A tarefa não foi das mais difíceis; o presidente do congresso legislativo era Fabrício Maranhão, irmão de Pedro Velho e a situação contava com a maioria da bancada da assembleia. “*A câmara legislativa transformou a constituinte, reduzindo a idade mínima para ser governador para 25(vinte e cinco)anos, este fato ocorreu em julho de 1898*”.<sup>49</sup>

---

<sup>47</sup> SPINELLI, José Antonio. Op. cit., p. 18.

<sup>48</sup> Rio Grande do Norte, 22/07/1898.

<sup>49</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 125.

Esta imposição de Pedro Velho se fez pela necessidade de eleger seu irmão Alberto Maranhão. A alteração fez com que ele fosse eleito para suceder Ferreira Chaves com apenas 26 (vinte e seis) anos de idade.

O governo Ferreira Chaves foi, essencialmente, marcado pelos abusos que cometeu, tanto pelo seu autoritarismo, como para manter a pujança da oligarquia Albuquerque-Maranhão. *“Como se tudo isso não bastasse, Ferreira Chaves perseguiu a imprensa de oposição e a justiça, tentando, assim, reduzir ao silêncio as vozes discordantes do cenário político norte-rio-grandense”*.<sup>50</sup>

A briga com a imprensa resultou em uma grande divergência institucional com o judiciário. Este poder concedeu um habeus-corpus favorável a Elias Souto, jornalista opositor da oligarquia e dono de um jornal de oposição ao governo. A contrariedade de Ferreira Chaves foi tanta, que o mesmo acabou aposentando os magistrados forçosamente e colocando em seus lugares juizes de sua confiança.

Um acontecimento de pura perseguição é mencionado pelo jornal Rio Grande do Norte, com relação a intriga entre os dois poderes:

“O espancamento em plena rua do desembargador do supremo tribunal de justiça do estado Dr. José Clymaco do Espírito Santo, por oficiais do batalhão de segurança, inclusive o ajudante de ordens do governador, é a mais perfeita característica de um governo despótico e de terror, que já se mantém a custa do sangue derramado dos próprios membros da alta magistratura”.<sup>51</sup>

Ferreira Chaves foi implacável com qualquer ato que julgasse ameaçar a oligarquia. O ministro do Interior e Justiça do governo Prudente de Moraes, o Sr Amaro Cavalcante, era membro do partido republicano no estado e foi um dos responsáveis pela ascensão de Pedro Velho no início da república.

“Amaro tomou parte no ato material de proclamação da república a que compareceu, conjuntamente com Quintino Bocaiúva, com Benjamim Constant, com o tenente Vinhais, e com os demais que dirigiram e realizaram aquela grande jornada cívica. Amaro acompanhou-os e conquistou, de imediato, pela sua inteligência, pela sua cultura, pela sua combatividade, a simpatia dos dirigentes da nova causa”<sup>52</sup>

<sup>50</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., p. 125.

<sup>51</sup> Rio Grande do Norte, 22/07/1898.

<sup>52</sup> MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. Op. cit., p. 30.

Amaro Cavalcante foi uma pessoa de trânsito livre em grande parte da república velha, especialmente, em seu princípio. Começou sua carreira no partido conservador no Ceará e por ter boa fluência e conhecimento, logo destacou-se nacionalmente fazendo parte de reuniões importantes dentro da monarquia. Como a maioria dos integrantes do partido republicano, Amaro também passou a fazer parte do mesmo só na fase final do processo da proclamação. Para o estado do RN, Amaro teve participação decisiva nos acontecimentos que se sucederam após a proclamação, pois já tinha penetração nas instâncias superiores da máquina pública federal.

O conhecimento de Amaro Cavalcante foi fundamental para a consolidação de Pedro Velho como líder do partido republicano no RN. Era ele quem intervia nas nomeações dos governadores provisórios e nos assuntos referentes ao novo estado. A sua participação no período transitório, lhe valeu a eleição para o senado da república na primeira eleição direta da república.

Terminado o mandato de senador, Amaro elegeu-se deputado federal, mais não chegou a assumir pois foi convidado para o ministério de Prudente de Moraes, sendo o primeiro norte-riograndense a ser ministro da república. Sentindo-se uma expressão do partido, Amaro talvez imaginou que poderia ter uma participação maior nas decisões estaduais, esta pretensão foi descartada pelos representantes do poder no RN. Sobre a desavença o Rio Grande do Norte diz:

“Todos conhecem que o senador Pedro Velho enfeudou a política desse estado, e a sua estulta vaidade de chefismo não admite sombra que possa perturbar nessa ilusão ou rela alegria em que ele vive.

O chefismo não admite que correligionário seu tenha vontade própria, porque ele quer mandar na política, como os feitores no tempo da escravidão dos engenhos”.<sup>53</sup>

A derrota de Amaro Cavalcante, atuou de forma significativa em quem por ventura pretendesse galgar um espaço maior na política estadual. Significou o poderio completo dos Albuquerque-Maranhão. A seqüência dos governos confirmam esta tendência, pois só há divergência mais significativa após a morte de Pedro Velho em uma discordância familiar e em seguida por ocasião das campanhas “salvacionistas” que ambas mencionaremos mais adiante.

O governador Ferreira Chaves passou o governo para o irmão do chefe Pedro Velho, o Sr. Alberto Maranhão, que governou o estado de 25/03/1900 à 25/03/1904.

O início do governo de Alberto é marcado pela expectativa de todos. A sua jovialidade dava esperanças a população, acreditava-se que o mesmo não iria se deixar levar pelas mãos de seu irmão Pedro Velho. Até o jornal “Diário do Natal”, fiel combatente da administração republicana, no princípio, mostrava-se esperançoso com o jovem governador.

---

<sup>53</sup> Rio Grande do Norte, 09/06/1897.

“O partidarismo não pode ser a alcatéia dos interesses e das paixões em correria no estado, com o fim de manter as posições oficiais, mas, em nosso conceito, significa ele a política aplicada, a política em ação, contrapondo-se assim à que se mantém no terreno da doutrina, na espera dos princípios.

Partindo deste conceito o Dr. Alberto Maranhão pode dar a política, a que se filia, feição menos selvagem, abrindo-lhe caminhos largos e certos”.<sup>54</sup>

As expectativas da população e dos oposicionistas foram aos poucos sendo frustradas, a juventude de Alberto não serviu para que o mesmo lutasse para melhorar as condições de vida da população, ao contrário, sua inexperiência aliada as interferências de Pedro Velho foi fundamental para o mal direcionamento de sua administração. A confiança de todos no novo governo logo é suprimida, a oposição que saudava o governador no início do seu governo, logo após já o critica, acusando-o de favorecer amigos em contratações sem licitação.

A falta de empenho com a coisa pública do Sr. Alberto Maranhão é confirmada pelo próprio órgão oficial do partido.

“O desleixo, o abandono e o desasseio ferem as vistas menos indagadoras e exigentes neste assunto. E o que se vê não deve ser levado só a conta de miséria. A limpeza é perfeitamente praticável por toda e qualquer classe e condição, mais baixa e obscura que sejam”.<sup>55</sup>

Este comentário é típico de governo que se ausenta do seu real objetivo, que entre outras atribuições, inclui zelar pelas condições mínimas da sua população. Imaginemos o estado do RN no início do século e vejamos se existe parâmetro para um comentário como o citado.

O primeiro governo de Alberto Maranhão foi marcado pelo descaso com os principais problemas do estado – seca, educação, saneamento básico, etc. – preocupou-se com o contrário daquilo que prega os princípios públicos: contratação de firmas sem licitação para beneficiar amigos e parentes, imortalização de parentes para ficar na memória do povo e sobretudo buscou os meios necessários para manter a oligarquia do qual fazia parte.

---

<sup>54</sup> Diário do Natal, 06/04/1900.

<sup>55</sup> A República, 11/06/1901.

O próximo governador do estado foi o Sr. Augusto Tavares de Lira, genro de Pedro Velho, governou o estado de 25/03/1904 à 05/11/1906, deixando o governo para assumir o ministério da justiça e negócios interiores no governo Campos Sales.

A passagem de Tavares de Lira no governo foi marcada pelo descaso com os principais problemas do estado, preferiu seguir à risca as ordens do chefe Pedro Velho, fazendo tudo que estava ao seu alcance para não dar tréguas aos opositoristas e agradar o “regente” da oligarquia.

O ano de 1904 foi o ano em que consolidou-se uma das maiores secas que o estado já teve. O governador não deu a importância necessária para o problema, recebeu verbas federais para tentar aliviar o sofrimento do povo, mais estas, preferiu usar para outros fins. Sobre a situação o “Diário do Natal” comenta:

“Diante da miséria que flagela nossos irmãos no interior do estado, onde a devastação, pela seca, continua mais aterrorizadora, onde morrem de fome os pobres pelas ruas públicas, não é lícito dar tréguas a este governo desalmado, que frio e impassível, deixa em completo abandono os seus governados vítimas da calamidade, e em vez de socorrê-los, com o dinheiro, aliás a eles destinados, manda construir jardins e aformosear praças e estradas de seu uso particular e de seus parentes”.<sup>56</sup>

Tavares de Lira governou desrespeitando à constituição, seu governo foi igual ao de seus parentes nos governos anteriores, sem dar espaço para qualquer reivindicação opositoristas e massacrando àqueles que não respeitassem a sua orientação. Durante o seu governo, o funcionalismo público chegou a passar cinco meses sem receber vencimentos, havendo alguns adversários, que passaram até dois anos sem receber pelos serviços que prestavam ao governo.

A arbitrariedade do governo chegou ao limite de mandar sua polícia destruir a tipografia do principal jornal de oposição no estado o “Diário do Natal”. O fato aconteceu no dia 19/02/1905. Depois de feito os estragos o mesmo jornal comentou esta ação de caráter revanchista.

“A imprensa destruída, na alta madrugada, representa um quadro pavoroso, produzindo a mais viva indignação, a impressão mais dolorosa. Vendo-se na capital de um estado civilizado e que se diz republicano, esse crime monstruoso, o que veio atestar de quanto são capazes os homens que avassalaram o poder público entre nós”.<sup>57</sup>

---

<sup>56</sup> Diário do Natal, 09/10/1904.

<sup>57</sup> Diário do Natal, 19/05/1905.

As formas empregadas pela oligarquia para governar o estado, encontravam respaldo do governo federal, este se ausentava dos acontecimentos arbitrários ocorridos do mesmo “pregando” a bandeira da autonomia federativa.

Com o convite para assumir um ministério no governo federal, Tavares de Lira renunciou ao governo local, assumindo interinamente o seu vice Manoel Moreira Dantas, em seguida foi eleito para terminar o mandato o Sr. Antonio José de Melo Souza, este tomou posse no dia 23/02/1907 indo seu governo até 25/03/1908.

O governador Antonio Souza era um intelectual de bastante prestígio no RN, mais estava sobre a influência do mandatário da oligarquia. Logo que tomou posse, a nova assembleia constituinte fez uma significativa alteração na constituinte estadual – ampliou o mandato de governador de quatro para seis anos – esta mudança tinha objetivo específico, a eleição de um membro da família Maranhão para o período seguinte de governador do estado. Esta cláusula foi duramente criticada pela oposição, e quando consumou-se a candidatura de Alberto Maranhão a mesma contestou o que já previa. *“Está consumada a farsa que veio legitimar a designação do Sr. Alberto Maranhão para ocupar pela Segunda vez a suprema magistratura do estado. Acabou também com o lugar de vice-governador, que passou ao presidente perpetuo do congresso – Cel Fabricio Maranhão”*.<sup>58</sup>

Entre tantos problemas enfrentados no estado durante o seu governo, Antonio de Souza continuou sofrendo com o flagelo da seca, o problema foi grave e seu governo preferiu enfrentá-lo sem objetividade. Os recursos que o estado dispunha eram mínimos e, mesmo assim, as prioridades eram inversas aos problemas mais urgentes. Com a seca a arrecadação do estado diminuiu significativamente, o governo federal não ajudava o suficiente, sendo que a solução encontrada para “amenizar” o sofrimento dentro do estado foi a emigração de um grande contingente populacional, principalmente, para a Amazônia onde os mesmos trabalhariam nos seringais.

A consequência dessa migração é o despovoamento do estado, este foi muito criticada pela oposição, que achava que o governo deveria encontrar meios para desenvolver a produção internamente, para que assim o estado pudesse crescer e garantir a presença de seus cidadãos.

No final do ano de 1907 o RN foi pego de surpresa com a morte do chefe da oligarquia Albuquerque-Maranhão, Pedro Velho. Este se encontrava em Recife(PE) em tratamento médico, mais não sabia-se da gravidade do problema. A morte inesperada comoveu grande parte da população, pois apesar de dominar o estado de forma arbitrária, tinha o respeito das populações mais humildes que o viam como fazedor de favores, ou seja, um clientelista. Sobre a morte de Pedro Velho diz o jornal oposicionista “Diário do Natal”.

---

<sup>58</sup> Diário do Natal, 30/09/1907.

“Adversários intransigentes do Sr. Pedro Velho fisemo-lhes constante e enérgica oposição durante dezessete anos, condenando a sua política oligarquica e os processos empregados para consolidá-la. Nessa campanha nunca nos moveu o ódio pessoal, mas a plena convicção de estarmos cumprindo o nosso dever de cidadão e patriota, pugnando pela verdade do sistema que a 15 de Novembro de 1889 foi implantado na nossa pátria. Poderemos ter sido algumas vezes apaixonados na análise dos fatos, mas nunca odientos e de má fé”.<sup>59</sup>

A morte de Pedro Velho deixou uma lacuna aberta no seio da oligarquia dominante, o preenchimento desta foi motivo de muita discordância no partido e, principalmente, na família. Houve dificuldades para sanar interesses e orgulhos pessoais, sendo estes, motivo de reuniões diversas no seio da família. No entanto, como sempre acontece em divergências políticas familiares, procurou-se fazer o possível para que os desentendimentos não passassem do centro da organização familiar, por isso, muita coisa ficou ocultada no intuito de preservar os interesses “maiores” do grupo familiar. Comentando esta transição o “Diário do Natal” diz:

“Não lograrão alcançar vitória os amigos do Sr. Tavares de Lira, que o querem por chefe político do estado, é o que também se murmura pelos cantões e praças da cidade. E com bons fundamentos se diz que o Sr. Alberto Maranhão não abdicará dos seus direitos de príncipe herdeiro da casa reinante”.<sup>60</sup>

Como já era governador eleito, a lógica se confirmou, Alberto Maranhão assumiu o governo sucedendo Antonio de Souza e trouxe para si a responsabilidade de continuar exercendo com “mão-de-ferro” os destinos da política norte-rio-grandense. Quanto a Tavares de Lira, continua fazendo parte da oligarquia e participando das decisões do governo, porém, frustra-se por saber que qualquer decisão mais importante tinha, obrigatoriamente, que passar primeiro por Alberto Maranhão.

O segundo governo de Alberto Maranhão iniciou-se no dia 25/03/1908 indo até 31/12/1913. Este governo tinha tudo para consolidar Alberto como a grande expressão política da oligarquia. Tomara posse mais amadurecido, sem a interferência do falecido irmão e tinha sob sua liderança as maiores forças políticas do estado.

---

<sup>59</sup> Diário do Natal, 11/12/1907.

<sup>60</sup> Diário do Natal, 05/01/1908.



O governo começou parecendo que desejava mesmo entrar para a história do RN. Fez discursos em que prometia uma reformulação no aparelho do estado, trazendo programas que viabilizariam serviços essenciais dentro do estado.

As previsões otimistas começaram aos poucos a se desmoronarem. Depois dos primeiros meses começa-se a perceber o continuísmo administrativo do governo. Preocupando-se este, em alimentar os privilégios de todos os outros anteriores.

Este governo foi considerado o que mais tomou dinheiro emprestado no RN na república velha – principalmente no exterior – no entanto, os recursos foram na maioria das vezes empregados em obras que não representavam o desenvolvimento do RN. Alberto tinha verdadeira adoração pela ostentação, pela imortalização de parentes e pela a inauguração de obras que dessem a impressão de grandeza, imaginando assim, mostrar para o povo a verdadeira função de um estadista.

Um fato bastante significativo marcou este governo: o aumento da bandidagem em todo o estado. Falsificadores, ladrões, assassinos, etc. Esses crimes já aconteciam, mais teve um significativo aumento no período, os fatos eram denunciados insistentemente pela a oposição, mais as providências não eram tomadas, levando-os a insinuarem a condescendência do governo.

“Infelizmente para a causa da verdade que é a que defendemos, para desafronta da sociedade que é em nome de quem falamos, não tem sido atendidos os nossos reclames justos, ficando impunes todos aqueles que apontamos à sanção da justiça. Entre estes conhecidos criminosos e os senhores dominantes há alguma convivência?”<sup>61</sup>



O governo se manteve trabalhando no RN dentro dos princípios já conhecidos, as expectativas iniciais dos que acreditavam que Alberto Maranhão fora da tutela de Pedro Velho pudesse dar uma guinada positiva no estado não se confirmaram. Atuou de acordo com as suas necessidades individuais e políticas, mantendo privilégios, fraudando eleições e acobertando, indiscriminadamente, àqueles que o favorecia.

O prestígio político os governos republicanos conseguiam através das eleições, sendo estas altamente manipuladas em toda república velha. No estado o governo mobilizava toda a sua máquina para garantir a vitória de seus indicados. Contavam com o apoio das forças institucionais, como também, com as forças coronelísticas do estado. A união dessas forças não deixava qualquer espaço para uma ascensão da oposição, estas denunciavam as irregularidades que existiam nos pleitos. Sobre a escolha dos representantes federais na eleição de 30/01/1909, o jornal “Diário do Natal” denunciava:

<sup>61</sup> Diário do Natal, 17/03/1909.

“Não foi uma coisa séria a eleição que acaba-se de proceder. Nesta capital o eleitor votou coagido, uns para não perderem o emprego, outros por causa do imposto, muitos para não prejudicarem parentes empregados nesta ou naquela repartição, e ainda outros com medo das perseguições e do facão da polícia. No interior os mesmos fatos se deram, havendo municípios onde os chefes fizeram a eleição a “bico de pena” na ausência do eleitor”.<sup>62</sup>

#### 4.4 – O Salvacionismo e o Fim da Oligarquia Albuquerque-Maranhão

O quadro político do RN sofreu uma modificação quando o Capitão José da Penha, deputado estadual no Ceará, mas potiguar de nascimento, tentou reeditar no estado as campanhas de salvação.<sup>63</sup> Este fato gerou no estado transtornos no seio da oligarquia reinante, pois sabiam que Penha vinha influenciado por vitórias alcançadas em outros estados e tinha, em princípio, o apoio do presidente Hermes da Fonseca. As oposições viam na campanha a redenção do estado, pois enxergavam na oligarquia Maranhão tudo que era de maléfico. Exaltaram a figura de José da Penha desde o princípio da campanha, como menciona o “Diário do Natal”:

“Ao lado do povo oprimido, asfiziado pelo regime da prepotência dos que só dominam pelo absurdo, José da Penha tem trabalhado, denunciando os chatins e semeando a boa semente dos ideais democráticos, socorguendo as multidões oprimidas e concitando-as a usarem do seu dever – o voto”.<sup>64</sup>

No quadro interno do partido republicano a sucessão de Alberto Maranhão trouxe divergências. Tavares de Lira almejava o governo, mais seu sonho foi frustrado quando a maioria do partido, principalmente, a composição do Seridó achou que não era o momento de lançar uma outra candidatura do seio da família Maranhão. O nome escolhido para enfrentar o salvacionismo foi o do ex-governador Ferreira Chaves, chegando-se a esta conclusão depois de uma consulta na instância federal ao líder do PRC(partido republicano conservador), o senador pelo RS, Sr. Pinheiro Machado, sendo este, um homem de grande influência nas oligarquias do Nordeste.

<sup>62</sup> Diário do Natal, 02/02/1909.

<sup>63</sup> Esta foi a designação dada aos movimentos que derrubaram algumas oligarquias, principalmente, no Norte e no Nordeste do país. Estas foram substituídas por governos, também, sem princípios democráticos apoiadas pelos militares.

<sup>64</sup> Diário do Natal, 14/12/1912.

O Capitão José da Penha lançou como candidato da oposição o filho do presidente da república o Tenente Leônidas Hermes, pois tinha a intenção de contar com a ajuda presidencial que era imprescindível para a vitória nas urnas. No entanto, a escolha de José da Penha foi equivocada. A própria legislação eleitoral anulava a candidatura de Leônidas como também a de José da Penha, quando em uma de suas prerrogativas dizia que o cidadão para ser governador do estado teria que ter quatro anos de residência ininterrupta no estado, se for filho deste; e oito, se não for.

Esta cláusula prova que Penha queria a força federal para descumprir a constituição. Porém, Leônidas Hermes nem veio participar da campanha e o próprio presidente em telegrama desestimulou as investidas de José da Penha. A de se verificar que, mesmo assim, grandes movimentações políticas ocorreram neste período dentro do estado, caracterizando esta campanha como a primeira em que o povo teve uma participação mais ativa no processo eleitoral.

Ferreira Chaves concorreu sozinho ao governo do estado, a oposição pregou a abstenção, mais Chaves obteve uma grande votação. Tomou posse no dia 01/01/1914 indo até 01/01/1920. *"desta vez, Chaves quebrou a fidelidade que o mantinha ligado à família Maranhão; no poder, dedicou-se a montar seu próprio esquema de sustentação e a desarticular as bases políticas dos antigos correligionários"*.<sup>65</sup>

Desde o início do governo, Chaves procurou atingir os principais laços estruturais que ligavam a família Maranhão no poder, entre outros, quebrou o monopólio do sal - que foi assinado por Alberto Maranhão e dava amplos favorecimentos a uma única firma - desarticulou e prendeu cangaceiros que davam respaldo as arbitrariedades da oligarquia no interior, exonerou amigos e parentes de Alberto Maranhão de vários cargos públicos.

A desfiguração da máquina controlada pelos Albuquerque-Maranhão afastou-os do governador. Apesar de continuarem com alguns privilégios, principalmente, no âmbito federal, o total controle da máquina estadual passou a ser exercida por Ferreira Chaves, sem os Maranhões interferirem em nenhuma nomeação estadual. Consolida-se Chaves no poder quando assume a direção do partido republicano em 1915 e logo em seguida em 1916, quando ao regulamentar a nova lei eleitoral do estado faz várias modificações que atingem em cheio a família Albuquerque-Maranhão. A formalização do rompimento entre Chaves e a antiga oligarquia se dá em:

"Dezembro de 1918, quando Tavares de Lira escreve uma "carta aberta" aos amigos e correligionários do RN explicando as razões do rompimento. Para combater Chaves, ele e Alberto Maranhão fundaram em 1919 o jornal *A Opinião*".<sup>66</sup>

---

<sup>65</sup> SPINELLI, José Antonio. Op. cit., p. 22.

<sup>66</sup> SOUZA, Itamar de. Op. cit., 131-132.

Apesar da confirmação oficial do rompimento ter acontecido apenas quatro anos depois do início do governo de Ferreira Chaves, a oligarquia Albuquerque-Maranhão deixou de existir logo depois da posse do governador, pois este fez uma verdadeira devassa nos seus privilégios, fazendo isso, sem nenhum constrangimento ou bloqueio dos que anteriormente detinham o poder. Estes fatos, caracterizaram a falta de influência dos Albuquerque-Maranhão à partir daquele momento no poder do estado. Desse modo, podemos afirmar que se uma família deixa de ter o poder de decisão dos assuntos pertinentes ao seu antigo “feudo”, não pode mais se caracterizar-se como uma oligarquia.

## 5 – CONSIDERAÇÕES FINAIS



Depois de um trabalho de leitura crítica bibliográfica e de pesquisa de fontes, concluímos nosso trabalho na pretensão de termos colaborado para acrescentarmos algo para a historiografia norte-rio-grandense.

O que procuramos demonstrar são as diferenças entre a retórica e a prática do partido republicano em especial no RN. O partido se inspira nos mais nobres acontecimentos ocorridos no mundo e no Brasil para justificar a sua causa, condena a corrupção, a influência pessoal e os desmandos do poder imperial representado na figura do imperador D. Pedro II. No entanto, ao assumir o poder após a proclamação da república, o partido se desvincula desses nobres ideais democráticos, passando a administrar o RN dentro de uma profunda política coerciva e centralizadora, sendo o estado administrado nos governos constitucionais, da proclamação até 1914 por um Albuquerque-Maranhão ou por alguém da estreita confiança da família.

Dentro do período de total controle oligárquico, o RN enfrentou problemas relevantes. O estado era pobre e se sustentava, basicamente, de sua incipiente agricultura, e esta era muito prejudicada por longos períodos de estiagem. Os governos republicanos não davam a dimensão necessária para os problemas pertinentes do estado, preferiram ao longo desses anos fortalecer o seu poder de mando e aprimorar as suas forças repressoras, não esquecendo também, os Albuquerque-Maranhão de demonstrarem uma elevada preocupação de fortalecerem o “mito” da sua família.

Apesar de contarem com um grande amparato coercivo e, principalmente, terem a benevolência das forças institucionais, a oligarquia Maranhão enfrentou neste período algumas divergências de ordem interna no partido, ocorrendo estas na maioria das vezes por algum setor do partido ou mesmo uma atitude pessoal de algum dos integrantes irem de desencontro com as posições centralistas e dominadoras dos Albuquerque-Maranhão.

Com relação à oposição, combatia com grande tenacidade a oligarquia vigente. No entanto, politicamente não tinha a menor chance de galgar o poder no estado. A política oligárquica controlava todos os distritos eleitorais, não dando chance para qualquer pretensão oposicionista. Porém, ressaltamos a grande importância dos periódicos contrários as posições governistas no período. Apesar de todas as imposições cometidas sobre os mesmos, estes não se calavam diante de todas as perseguições, Mostrando para uma pequena minoria que tinha acesso a informação, os desmandos dos sucessivos governos nos primeiros anos da república .

Portanto, queremos aqui desmistificar a historiografia tradicional do RN que tanto enaltece as figuras tradicionais do partido republicano e, em especial, o líder do partido Pedro Velho. Entendemos que a proclamação da república no estado foi uma consequência natural dentro do

processo político do Brasil e, que os ideais democráticos ovacionado pelo partido republicano no estado antes da proclamação não passavam de falácia, sendo as vozes que exclamavam princípios democráticos as mesmas que as negavam sistematicamente na prática.

## 6 - FONTES

### 6.1 - Jornais

|                     |                      |
|---------------------|----------------------|
| A República         | ( 1889 - 1914 )      |
| O Nortista          | ( 1893 - 1895 )      |
| Rio Grande do Norte | (1893, 1897 - 1898 ) |
| Diário do Natal     | ( 1900 - 1912 )      |

## 7 - BIBLIOGRAFIA

CARONE, Edgar. **A república velha**. 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1978. v.1.

CASCUDO, Luis da Câmara. **História do Rio Grande do Norte**. 2. ed. Natal: Fundação José Augusto, Rio de Janeiro: Achiamé, 1984. p. 201-234.

CASALECCHI, José Ênio. **O partido republicano paulista: política e poder (1889-1926)**. São Paulo: Brasiliense, 1987. p. 32-58.

COSTA, Emilia Viotti da. **Da monarquia à república: momentos decisivos**. 2.ed. São Paulo: Ed. Ciências Humanas, 1979. cap. 9, p. 243-290, cap.10, p. 291-334.

FERREIRA, José de Anchieta. **Histórias que não estão na história**. 3.ed. Natal: Clima, 1992.

HOLANDA, Sérgio Buarque de. **O Brasil monárquico**. 4. Ed. São Paulo: Difel, 1985. v.5, p. 256-270: O manifesto de 1870.

LIMA, José Ayrton de. **A história das campanhas populares no Rio Grande do Norte**. Natal: Cooperativa dos jornalistas de Natal, 1987.

LIRA, Augusto Tavares de. **História do Rio Grande do Norte**. 2.ed. Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1982. p. 253-306.

LIRA, Carlos Tavares de. **Tavares de Lira: uma vida em linha reta**. Natal: Fundação José Augusto, 1973.



MEDEIROS, José Augusto Bezerra de. **O Rio Grande do Norte no Senado da república.**

Brasília: Centro Gráfico do Senado Federal, 1980.

PEDROSA, Sylvio Piza. **Política e cultura: dois vultos potiguares.** Rio de Janeiro [ s.n.],

1989.

PEREIRA, Nilo, **José Augusto Bezerra de Medeiros: um democrata.** Natal: Fundação

José Augusto, 1982.

SODRÉ, Nelson Werneck, **Formação histórica do Brasil.** 11. ed. São Paulo: Difel, 1982.

p. 291-314.

SOUZA, Itamar de. **A república velha no Rio Grande do Norte** ( 1889 – 1930).

Natal: Centro Gráfico do Senado Federal, 1989. p. 111-261.

SOUZA, Maria do Carmo Campelo de. O processo político-partidário na primeira

república. In: DIAS, Manuel Nunes et al. **Brasil em Perspectiva.** São Paulo: Difel, 1968. p. 183-252.

SPINELLI, José Antonio. **Da oligarquia Maranhão à política do seridó:** o Rio Grande

do Norte na república velha. Natal, 1992. 33 p. ( Coleção Humanas e Letras, 5).

\_\_\_\_\_. **Getúlio Vargas e a oligarquia potiguar: 1930/35.** Natal: Edufrn-Editora da

UFRN, 1996.

TELAROLLI, Rodolpho. **Eleições e fraudes eleitorais na república velha.** São Paulo:

Brasiliense, 1982.